

# TOGA e Literatura

Revista cultural da Amapar  
Agosto 2016 - #13



Artigos  
Crônicas  
Músicas  
Pinturas  
Poesias



# Antigomobilismo

*A história preservada  
em quatro rodas*



Neste ano de 2016 comemoram-se os quatrocentos anos de nascimento de William Shakespeare, reconhecidamente o maior escritor da língua inglesa. Estudioso da obra e do escritor, José Ricardo Alvarez Vianna saudá-o em nome da magistratura paranaense.

Muitos magistrados são aficionados de automóveis antigos. Apreciadores, colecionadores, todos narram histórias pitorescas sobre um único veículo guardado 'a sete chaves' ou uma coleção inteira. Invariavelmente, a aquisição desses carros foi perseguida, sofrida, ocorreu inusitadamente ou por herança. Todo carro tem uma história, vida e personalidade próprias, independente de seu condutor e isto o transforma em único. Por exemplo, o Itamarati preto, Placa de Bronze TJ-1 era que identificava o ocupante e distinguiu o motorista, pois assim era reconhecido. Foi o primeiro veículo adquirido para atender ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, no ano de 1972. E aquele que conduziu o pontífice na sua visita a Curitiba passou a ser 'o carro do papa'.

Entre os roqueiros o objeto de coleção é a guitarra. São magistrados musicistas, compositores, poetas. Matheus Orlandi Mendes, juiz de direito na Capital, pediu remoção para Londrina e, com seu pai, procurador de Justiça aposentado, montou uma banda. Alexandre Della Colleta Scholz mantém guitarras autografadas, valorizadas pela assinatura de músicos, de bandas de rock, que circulam no meio musical nacional. As poesias e as músicas de Diego Teixeira igualmente expressam requinte e originalidade. Já Priscila Prado, colecionadora de palavras, fotógrafa e poetisa, nos encanta com sua sensibilidade.

E há homenagens aos nossos magistrados falecidos. Antônio Oesir Gonçalves mereceu as mais belas e emocionantes palavras de seu filho Alexandre Gomes Gonçalves. Comemoramos o centenário de nascimento de João Cid de Macedo Portugal, louvado pelo filho Evandro Portugal.

A luta de arma em punho pela posse da terra, garantindo direitos consolidados, é o tema de Francisco Cardozo Oliveira, sobre os conturbados acontecimentos em 1957, no Sudoeste paranaense.

A Judicemed num correto e moderno atendimento vem promovendo a recuperação dos associados acometidos de algum mal, como conta Antônio Renato Strapasson, que brevemente voltará aos campos de futebol (ele é um dos lendários goleiros da magistratura paranaense).

Memória é pura imaginação? Será? Nem sempre. Acrescemos às lembranças a emoção, misturamos fatos e sentimentos. Inconscientemente, embaralhamos tudo. Para organizar a memória da família, Dirce Merlin Clève discorreu sobre fatos, localizando-os no tempo e no espaço e, objetivamente, mostrou as fotos da família de seus avós e bisavós e traçou a trajetória do clã, deixando pouco espaço para o imaginário.

Nas comemorações do 59º aniversário da Amapar e no lançamento da 13ª edição da revista Toga e Literatura, nossos votos de sucesso e realizações ao presidente Frederico Mendes Junior na gestão de 2016/17.

Agradeço ao Jornalista Rômulo Cardoso e ao museólogo Darbi Wolf pela colaboração desde o primeiro número da revista em 2008.

Boa leitura.

**Chloris Elaine Justen de Oliveira**   
Editora



## EXPEDIENTE

### TOGA E LITERATURA

**Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná**

Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

**Presidente da Amapar:** Frederico Mendes Júnior • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo**

**e Editora:** Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3364 •

**Edição, projeto e produção gráfica:** M.Medeiros - Editora e Comunicação Ltda. • **Revisão:** Danda Coelho • **Tiragem:** 1500 exemplares • **Colaboração:** Rômulo Cardoso, Darbi Wolf, Alessandra Scremin, Leydiane Loiola, Irineu Włodarczyk, Raquel Rigo Frumi e Jeremy Wu • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

**Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar**

Rua Alberto Folloni, 541/543 - Juvevê - 80.540-000 - Curitiba - PR -  
Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura** não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



Quando vejo a Toga e Literatura sempre me surpreendo. Após a surpresa vem a curiosidade, a vontade de ver e ler rapidamente e, por fim, a satisfação por um trabalho extremamente importante, racional e de qualidade indiscutível, produzido dentro da nossa Associação, voltado ao registro e resgate da memória da magistratura paranaense. É, sem dúvida, o trabalho organizado mais importante nesta área e tem por objeto tão seletivo grupo. Contribuí para a construção de um corpo social, captando a riqueza dos fatos da vida da magistratura paranaense.

Em alguns lugares mais isolados, menos expostos à quantidade de informações a que somos submetidos com o avanço da tecnologia, a memória de determinado grupo social ainda tem seus guardiões. São pessoas experientes, com maior tempo de vida, responsáveis por passar aos demais os fatos relevantes que envolvem aquela comunidade e que foram determinantes para que chegassem onde estão.

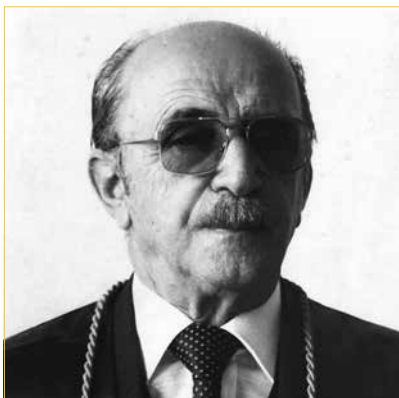
Com nosso estilo de vida isso já não é mais possível. O ritmo frenético no trabalho urbano somado a dinâmica dos meios de comunicação, a pessoa recebe muita informação – e naturalmente acaba não conseguindo selecionar de forma crítica o que deve ser preservado e o que deve ser descartado. Isso é normal do ser humano – dizem os estudiosos da comunicação, surgindo o que denominam de lugares da memória, como monumentos, obras artísticas e literárias (no qual se enquadra a Toga e Literatura). Daí cada vez é mais importante este trabalho realizado pela diretoria de arquivo e memória da AMAPAR, de compartilhamento da memória, que ajuda no desenvolvimento de pessoas politicamente conscientes e compromissadas com a comunidade a qual pertencem.

O registro da paixão por automóveis, por música e por poesia vem acompanhado de imagens únicas, feitas exclusivamente para a Toga e Literatura. A cada edição acredito que a última é sempre a mais bonita – e com melhores textos. O trabalho de diagramação e montagem é excepcional e o material empregado é para que resista ao tempo e possa ser vista e lida inclusive em outra época. Não há nada que faça desta revista algo datado ou fixado em determinado tempo. Será atual enquanto durar. Já estou ansioso pela próxima.

Um forte abraço.

**Frederico Mendes Júnior**  
Presidente da Amapar  
Gestão 2016-2017



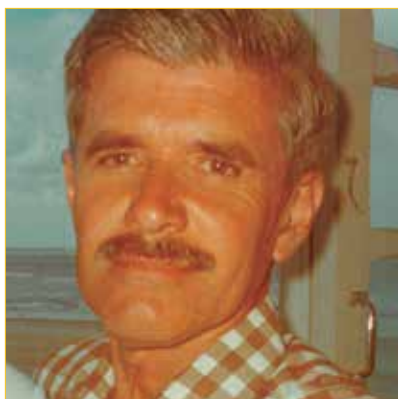


**6**

**DOIS MUNDOS,  
DOIS MOMENTOS**



**16**  
**JUDICEMED**



**26**  
**UM GRANDE  
SILÊNCIO E  
UMA IMENSA  
SAUDADE**



**24**

**...NA IDA E NA VOLTA,  
O NOVO ROCK  
NACIONAL!**



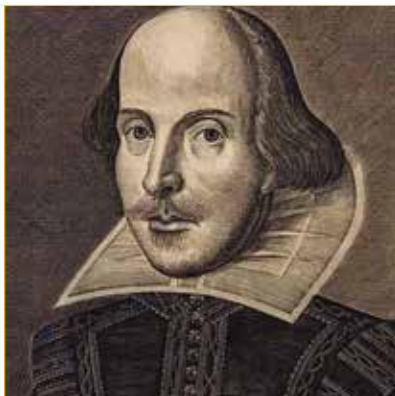
**24**  
**COMBUSTÍVEL  
DA VIDA**



**26**  
**REPERTÓRIO  
SELETO**



**36**  
MEMÓRIA  
É PURA  
IMAGINAÇÃO



**32**  
O BARDO  
INGLÊS



**44**  
O LEVANTE  
DO SUDOESTE



**44**  
ALGUNS POEMAS



**Pintor**

**WALDEMAR CURT  
RADOVANOVIC  
FREYESLEBEN**

**55**  
ANTIGOMOBILISMO



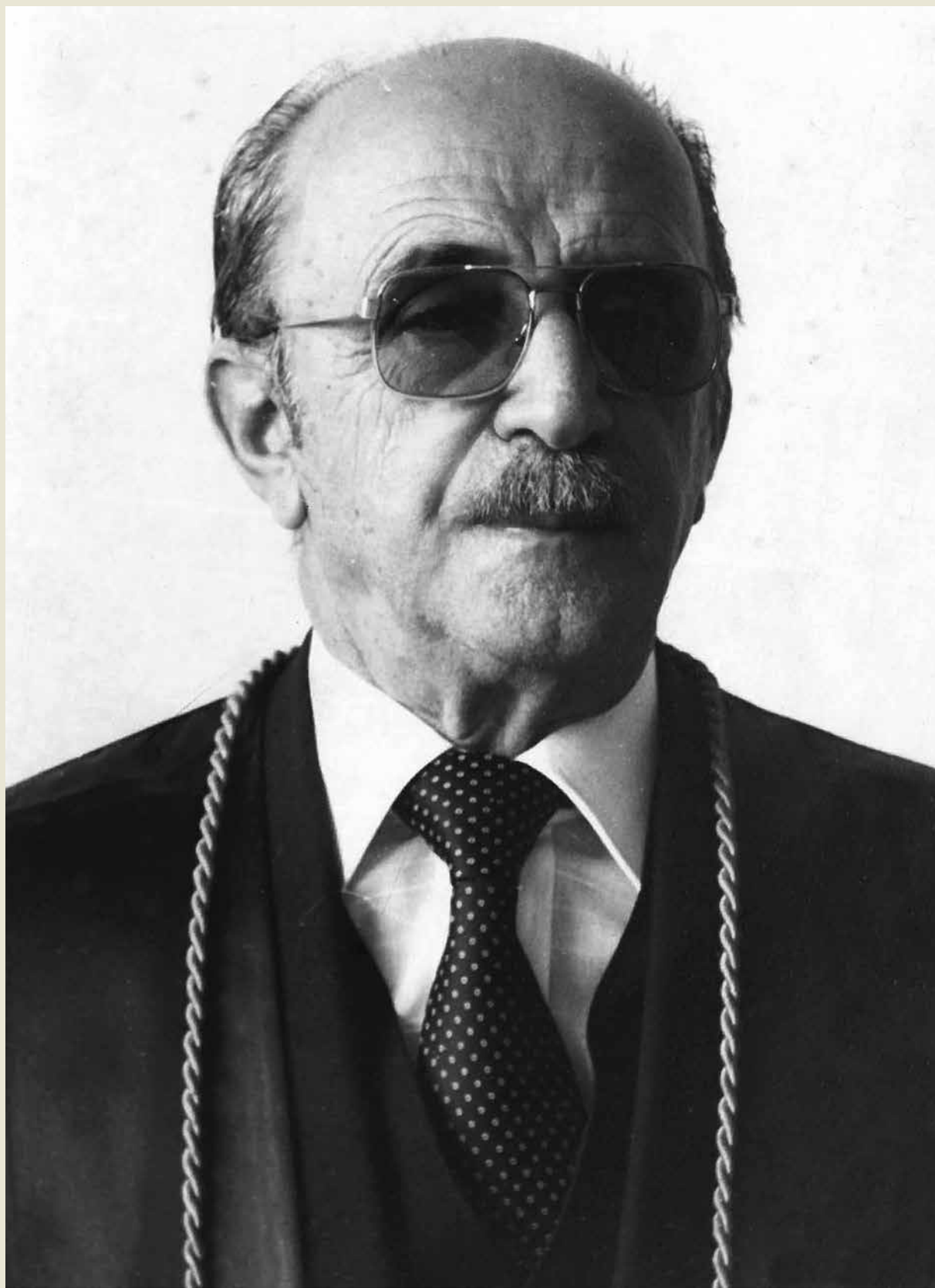
# Dois mundos, dois momentos

*Centenário de João Cid  
de Macedo Portugal*

**Por Evandro Portugal**

Tive o privilégio de conviver com meu pai em dois mundos e em dois momentos diferentes de minha vida. Assim como a maioria dos meninos fui apaixonado por carros e fascinado por cavalos, paixões essas alimentadas por meu pai que, desde a infância na chácara da família, em Campo Largo, onde nasceu e foi criado no ambiente do haras, tornou-se um excelente cavaleiro. Aprendi a montar e durante muito tempo desfrutei de sua companhia em boas cavalgadas tanto em Santa Catarina, onde nasceu minha mãe, como em Colombo, região metropolitana de Curitiba. Cavalgar a passo nos permite um bom tempo de convívio e a possibilidade de compartilhar sentimentos e refletir. Foi assim que pude conhecer e saber mais de meu pai.

Como disse, observei-o bem em família. Revelou-se um pai austero e muito presente,



**Desembargador João Cid de Macedo Portugal.**



fiscalizava o rendimento na escola e dava um excelente exemplo agregador. Gostava de manter a família unida, conviver com as irmãs e irmão, visitava com frequência os primos e sabia alimentar boas amizades. Tenho como certo que fui moldado na mesma linha, da convivência com amigos, da valorização da família e, por natureza, procuro pacificar e harmonizar o convívio entre as pessoas de quem gosto e respeito, da forma que admirei e aprendi.

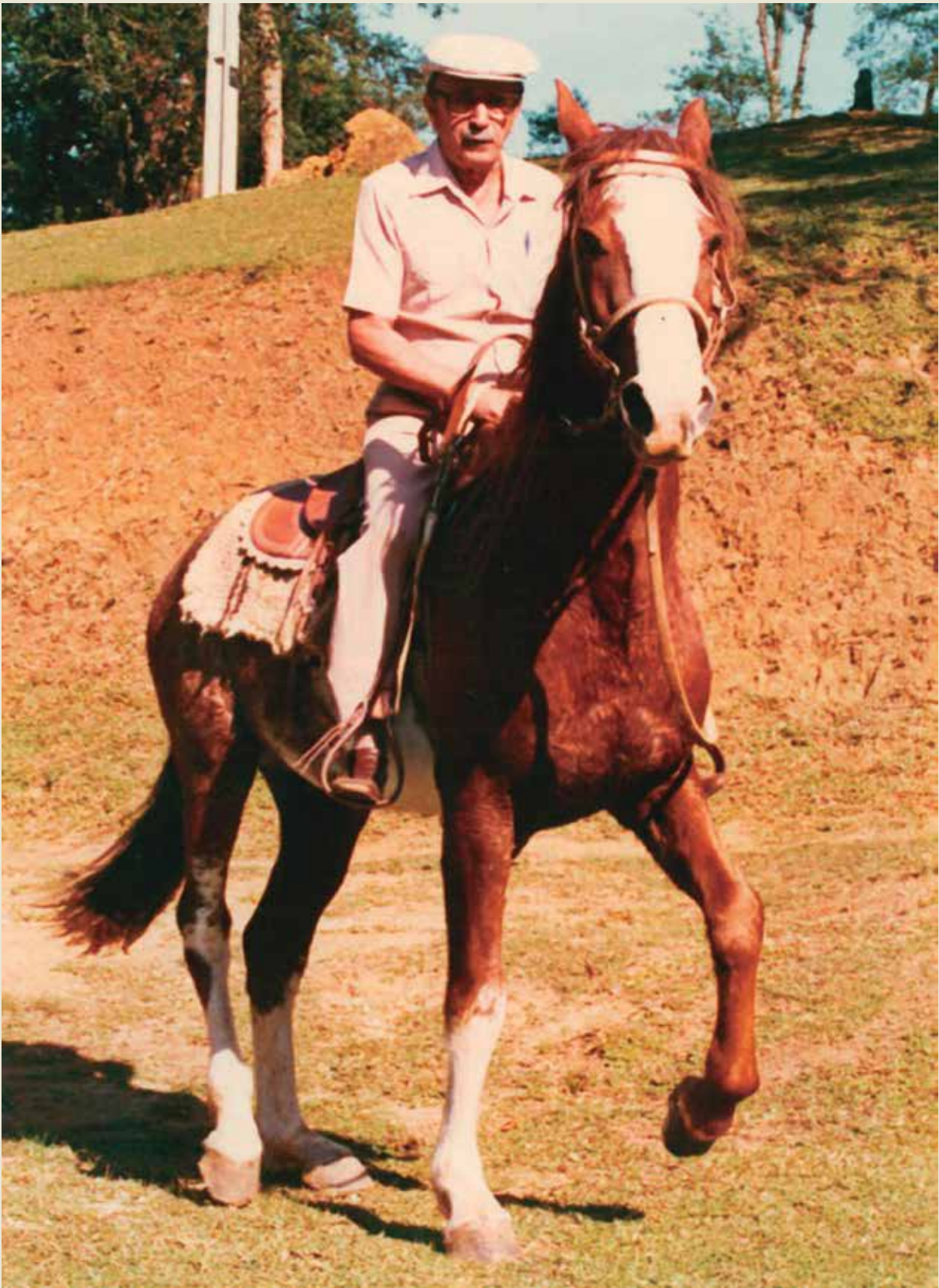
Em 1984 passei a trabalhar no gabinete de meu pai, período em que o conheci profissionalmente. Ele tinha a visão de que a resposta do Poder Judiciário deve ser rápida, seguindo os pensamentos mais modernos, e com operosidade. Lembro-me de seus arquivos de ementas que poderiam parecer obsoletos nos dias de hoje, mas demonstravam seu grande respeito aos jurisdicionados, proporcionando

velocidade e coerência às decisões contidas nos acórdãos que relatava.

Quando decidi seguir a carreira da Magistratura tive todo o seu incentivo e percebi-lhe a satisfação e o orgulho. Durante os estudos para prestar concurso, ao chegar em sua casa era sempre cobrado, ele abria um livro jurídico tirado da estante, em qualquer capítulo, aleatoriamente, para que eu discorresse a respeito do assunto. Os colegas que já prestaram ou pretendem prestar concurso sabem que a maior cobrança é dos entes próximos, mas ao mesmo tempo é a mais verdadeira, pois vem de quem realmente deseja a nossa realização.

Com meu pai não foi diferente. Era quem mais me pressionava na busca do resultado para o ingresso na Magistratura, mas certamente se sentiu prestigiado, homenageado, afinal segui meu maior exemplo, o daquele em quem procurei me espelhar.









1982 - Desembargadores Isidoro João Brzezinski, Henrique Nogueira Dorfmund, Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Arthur Heráclio Gomes Filho, Júlio Ribeiro de Campos, Miguel Thomaz Pessoa, Ossian França e João Cid de Macedo Portugal.

## João Cid de Macedo Portugal

Filho de Clotário de Macedo Portugal e Annita de Macedo Portugal nasceu em Curitiba em 09.07.1916. Bacharel pela Faculdade de Direito da UFPR, turma 1939. Presidiu o Centro Acadêmico Hugo Simas, o CAHS, Gestão 1938, entidade representativa dos alunos da faculdade.

Em 1940 ingressou no Ministério Público Estadual, nomeado para a comarca de Cerro Azul. Nos três anos em que permaneceu na promotoria dirigiu o Hospital Municipal, prestando relevante trabalho de socorro às vítimas de epidemias de tifo e malária, ocorridas na ocasião.

Em 1943 foi removido para a comarca de

Antonina. Em 1945, promovido a promotor de entrância especial na Capital e, em dezembro do mesmo ano, escolhido Oficial de Gabinete da Interventoria Federal do Estado.

Em 1947, ocupou a promotoria em Campo Largo, até ser designado 1º Promotor Público da Capital, em 1948.

Exerceu em Curitiba a Curadoria de Menores. Participou de Congresso Nacional de Curadores apresentando anteprojeto de lei que criava a Delegacia de Polícia de Menores.

No governo de Moysés Lupion, em 1947, ocupou o cargo de Consultor Jurídico do Departamento das Municipalidades e foi Chefe do Cerimonial do Palácio São Francisco. No governo de Bento Munhoz da Rocha Netto exerceu o cargo de Chefe da Casa Civil e a Secretaria de Governo. Participou, ainda, dos governos

de Antônio Anibelli e Adolpho Oliveira Franco. Na Comissão de Serviço Público Estadual representou o Ministério Público na Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e na Fundação do Trabalhador Rural.

Em 1953 foi lançado candidato a Prefeito Municipal de Curitiba pelo Partido Democrata Cristão. Em 1956, no segundo governo de Moysés Lupion, foi Procurador-Geral do Estado, por um período de três anos.

Integrou ainda a Comissão de Consolidação da Lei da Polícia Militar do Estado e elaborou o anteprojeto do respectivo código. Compunha a referida Comissão, representando o Exército Nacional, o então Capitão Ney Aminthas de Barros Braga.

Nomeado Procurador-Geral de Justiça do Estado promoveu nova organização do Ministério Público estabelecendo que os promotores escolhessem, pelo voto, o titular do cargo de Procurador-Geral. Integrou o Conselho Superior do Ministério Público.

Numa coincidência única, concomitantemente integrou duas listas tríplexes, uma para desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná e outra para juiz do Tribunal de Alçada, ambas destinadas ao Ministério Público pelo Quinto Constitucional. Nomeado para o Tribunal de Alçada do Paraná, em 1970, integrou o primeiro colegiado daquela Corte, com assento junto às Câmaras Criminais Reunidas. Foi escolhido e eleito em duas oportunidades vice-presidente.

Em dezembro de 1981 foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, integrando as Câmaras Cíveis, o Conselho Superior da Magistratura, o Órgão Especial e a Comissão de Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

No magistério lecionou no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e foi professor fundador da Escola da Magis-

## Evandro Portugal

Nasceu em Curitiba em 07 de janeiro de 1976, filho de João Cid de Macedo Portugal e Dulce Bepler Portugal. Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma 1991.



Ingressou na magistratura paranaense em 2001, nomeado para a comarca de Clevelândia. Titular nas comarcas de Guarapuava e Araucária. Atualmente é juiz de direito da 19ª Vara Cível no Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba.

Na Ampar exerceu o cargo de Diretor Cultural da entidade em duas gestões, Miguel Kfoury Neto 2008/09 e Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, 2010/2011.

Professor da Escola da Magistratura do Paraná, Coordenador Geral dos Cursos sob a direção de Roberto Portugal em 2010/11 e Fernando Prazeres em 2012/13.

tratura do Paraná, supervisor pedagógico e coordenador de cursos da Emap.

Paralelamente, realizou curso na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, foi conselheiro do Instituto Brasileiro-Germânico, integrante e presidente do Rotary Club de Curitiba e do Clube dos 21 Irmãos Amigos.

Aposentado compulsoriamente prosseguiu em atividades jurídicas e, até seus últimos anos de vida, integrou o Conselho Penitenciário do Paraná na cadeira de representante do Poder Judiciário.

Em sua vida familiar foi casado em primeiras núpcias com Dinorah Bacellar. Viúvo em 1960 contraiu novas núpcias com Dulce Bepler.

Faleceu em 2004, aos 87 anos, deixando a viúva Dulce, nove filhos e grande prole de netos e bisnetos.



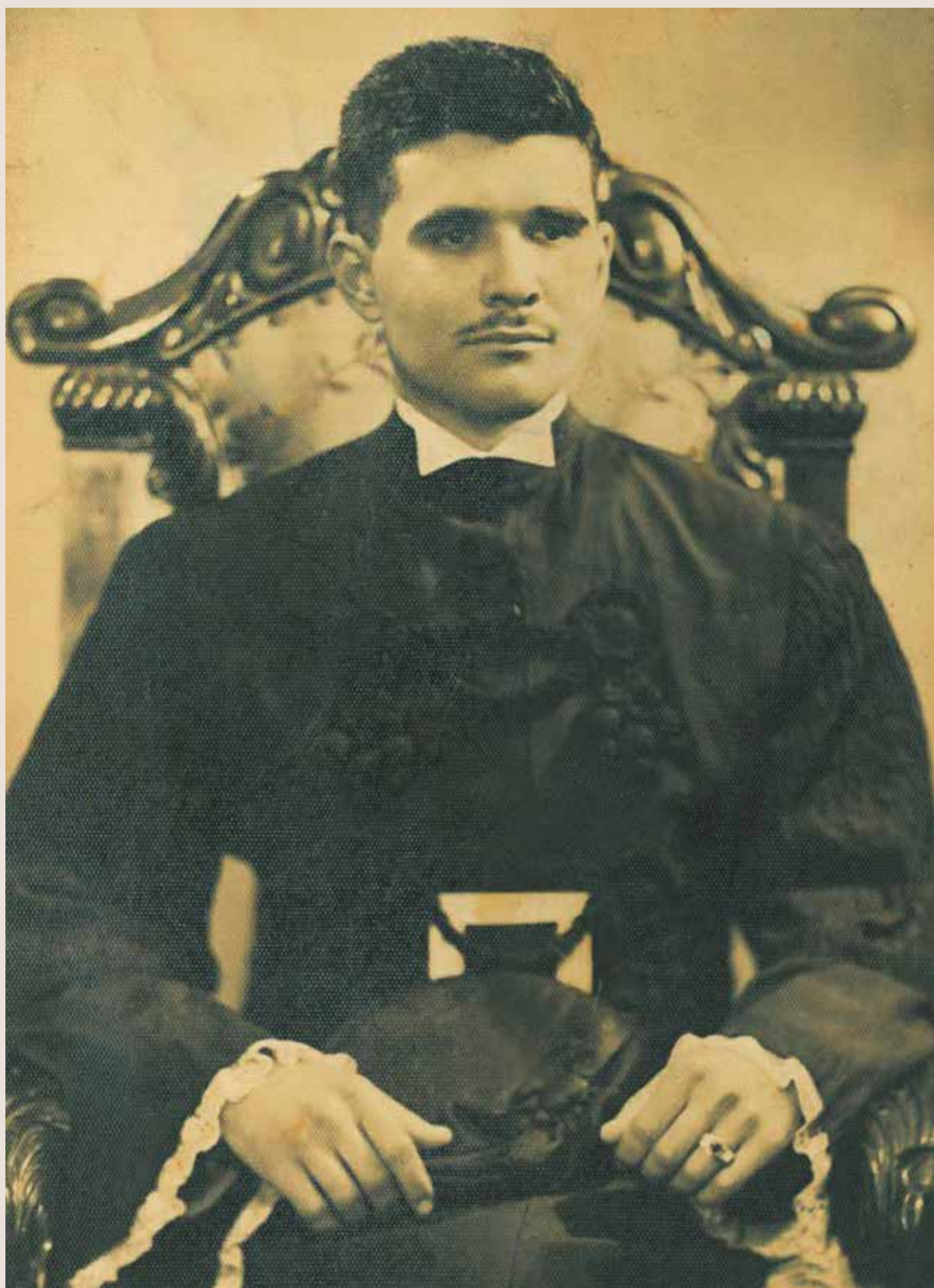
**1977/78 - Presidente Ariel Ferreira do Amaral e Silva. Desembargadores Joaquim de Oliveira Sobrinho, Athos Moraes de Castro Vellozo, Marino Bueno Brandão Braga e João Cid de Macedo Portugal. Secretário Ivan Prohmann Arcoverde.**

# Um grande **silêncio** e uma imensa **saudade**

**Por Alexandre Gomes Gonçalves**

Simplicidade, dedicação, probidade, discrição, humildade, laboriosidade. Qualidades que vêm à mente quando lembramos do desembargador Antônio Oesir Gonçalves, falecido no dia 02 de novembro de 2014, depois de 86 anos muito bem vividos, dos quais 35 dedicados à Magistratura.

Nascido na cidade de Curitiba-PR em 05 de setembro de 1928, era filho de Antônio Gonçalves e Almyra Loyola de Camargo Gonçalves, originário de uma família de sete irmãos (Orlando, Niomir, Antônio, Almir, Emir, Odir e Ivete). O pai era um “construtor” relativamente bem sucedido, cuja empresa foi responsável pela edificação de muitas casas e prédios em Curitiba, alguns ainda hoje existentes, permitindo à grande família uma vida confortável. A mãe era professora do Estado, diretora de colégio, uma mulher muito culta e muito boa, mas também muito enérgica.



**Bacharel Antônio Oesir Gonçalves.**



Salão do 10º andar do Palácio da Justiça.

Teve uma infância tranquila, vivida em uma época em que Curitiba era muito menor, a maior parte dela passada nas redondezas da casa da família, no bairro Água Verde, a meia quadra do antigo Quartel do Exército. Era muito saudável e traquina na infância, o que lhe rendeu a perda de dois dentes (alvejados por uma bolinha de gude), mas acabou se revelando o mais debilitado dos irmãos depois de ser vitimado pela tuberculose, que lhe roubou todos os anos da adolescência: entre os 12 e os 20 anos procurou tratamento com vários médicos e esteve internado em muitos hospitais (“sanatórios”, como eram então conhecidos), no Paraná, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A doença se disseminou pelo organismo (tuberculose miliar) e lhe impôs muitas privações, pois na época ainda não existiam antibióticos. Durante muito tempo teve de permanecer acamado, sob repouso absoluto. Quando a

infecção atingiu a laringe e o esôfago, não conseguia comer e começou a definhar, somente voltando a ter esperança com a aplicação local de anestésicos e o uso de alargadores que impediram que as vias aéreas se fechassem. Para respirar, precisou fazer traqueostomia.

Se por um lado a doença lhe apartou do convívio social, por outro lhe permitiu que adquirisse muita cultura. Porque lhe foi exigido que permanecesse “descansando” durante muitos anos, na cama de casa ou no leito de um sanatório, passou todo esse tempo lendo. Se não estivesse dormindo, lia. E leu praticamente tudo. Difícil lembrar de algum clássico cuja história ele não soubesse ou alguma obra que ele não criticasse com autoridade. Alguns leu mais de uma vez, depois que a sua demanda por títulos ficou menor que a oferta. Enquanto lia, ouvia música.

Nesse contexto passou a sua adolescência, também sob a sombra da doença tendo trans-





**Posse de juiz substituto de Alexandre Gomes Gonçalves. Seus pais Aidê e Juiz de Alçada Antônio Oesir Gonçalves e o desembargador Darcy Nasser de Melo.**

corrido os primeiros anos da sua vida adulta. Apesar de tudo, conseguiu se alfabetizar (sim, pois a mãe era professora e o contrário não poderia sequer ser cogitado), mas não pôde ir para a universidade no tempo próprio. Queria ser médico, mas como o curso de Medicina exigia muita dedicação em tempo integral, com os sinais de cura da enfermidade (que para muitos que o atenderam foi considerada um milagre) teve autorização médica para cursar Direito.

Como Direito era basicamente leitura, coisa a que estava acostumado e na qual era mesmo viciado, ingressou na Faculdade da Universidade Federal do Paraná em 1950, vindo a bacharelar-se com a turma de 1955. Como advogado, chegou a trabalhar na empresa de engenharia do pai, que então tinha por responsável técnico seu irmão Orlando, já formado engenheiro civil. Algum tempo depois a firma fechou, com a aposentadoria de seu pai, passando seu irmão engenheiro a atuar por conta

própria. Sem muitas opções na época, conseguiu emprego fazendo serviços de escritório em uma oficina mecânica, vindo depois a ser dispensado sob a justificativa do proprietário de que ficava mal para ele ter como “contínuo” um advogado.

Desempregado, resolveu fazer concurso para ser juiz. Na época não era uma profissão glamorosa – seu irmão Emir, que também passou no concurso, desistiu de tomar posse porque o salário era menor do que o seu como servidor de alguma repartição estadual. Sempre contava que no início da carreira da Magistratura ganhava o suficiente para pagar o hotel, que servia refeições de segunda a sábado. No domingo não teria como comer se seu pai não enviasse algum dinheiro todo mês. “O salário somente melhorou quando foi presidente do Tribunal o desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa; daí ficou bom”, dizia.

Aprovado em concurso para Juiz Adjunto,



a partir de 1963 exerceu suas funções nas comarcas de Londrina, Colorado, Sengés e Colombo. Em Colorado foi responsável pela instalação da comarca e pela organização dos serviços judiciários, lá tendo realizado o primeiro júri da cidade. Aprovado em concurso subsequente (na época, havia outro concurso para tornar-se Juiz Titular), em 1964 foi nomeado Juiz de Direito, julgando sucessivamente nas comarcas de Sengés, Colombo, Goioerê, Bandeirantes, Lapa e Curitiba. Foi promovido ao cargo de Juiz do Tribunal de Alçada em junho de 1995, do qual foi eleito vice-presidente. Abriu mão de ser promovido a desembargador para tentar a presidência do Tribunal de Alçada, mas não conseguiu se eleger. Aposentou-se em 1998 e por meio da Resolução nº 02/2005 foi integrado no Tribunal de Justiça do Paraná como desembargador,

embora aposentado. Dizia jocosamente que foi uma “promoção póstuma”.

Conduta ilibada e saber jurídico são requisitos básicos de um juiz. É o mínimo que se exige de quem foi investido do poder de dizer o Direito, decidindo em nome do Estado os conflitos entre cidadãos. Quem o conheceu sabe que tinha.

Era um homem bom, decente em todas as acepções da palavra. Ao seu modo – era muito reservado em casa, por vezes impaciente, e não lidava muito bem com problemas domésticos –, dedicava-se integralmente à família. Gastava seus vencimentos com as despesas dos sete filhos (Maristela, Marina, Marli, Heloísa, Alexandre, Carolina e Michele), que tiveram tudo o que precisaram para concluir os estudos, numa vida sem excessos, e com as obras sociais da esposa Aidê Gomes Gonçalves, professora

# FÓRUM ELEITORAL DES ANTÔNIO OESIR GONÇALVES



O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Des. Jucimar Novochadlo tem a honra de convidar para a solenidade de aposição da Placa de Homenagem no Fórum Eleitoral de Mamborê, a ser realizada às 11:00h do dia 10 de novembro de 2015.

com quem casou em 1962 e por quem era infinitamente apaixonado. Não só pai e esposo, era também filho dedicado: depois de mudar com a família para Curitiba, visitava os pais sempre que podia; quando faleceu a mãe, a quem chamava respeitosamente de “dona Almyra”, passou a visitar o pai, “seu Antônio”, todos os dias após deixar o fórum, para “levar o jornal” e conversar com ele pelo menos uma hora.

Quanto ao conhecimento, tinha-o de sobra, embora fizesse questão de dizer que não era um erudito, nem se considerava um jurista. Ao terminar a faculdade, chegou a cursar doutorado, mas não defendeu tese porque não achou necessário o título, pois o trabalho em casa com a primeira filha tornaria isso difícil e depois porque precisou viajar para o interior. Gostava de dar aulas na Escola da Magistratura e lá lecionou desde o início, quando os docentes ainda não

recebiam remuneração, o que fez enquanto teve saúde para pegar um táxi sozinho.

Era um bom juiz. Trabalhador e prático, a ponto de proferir sentenças e despachos sempre à mão (o que fazia, registre-se, apesar de recomendações contrárias do Corregedor, que ouviu algumas vezes apesar da perfeita legibilidade de sua caligrafia firme e grande). Contentava-se com o básico se estivesse certo. Nunca tinha processos na mesa e chegava a ficar na porta do gabinete esperando os que vinham da distribuição. Se perguntavam o que fazia com os autos, se os escondia, respondia brincando “tenho alergia a processos”. Mas lembrava de cada um, sabendo a fase e os nomes dos réus e advogados.

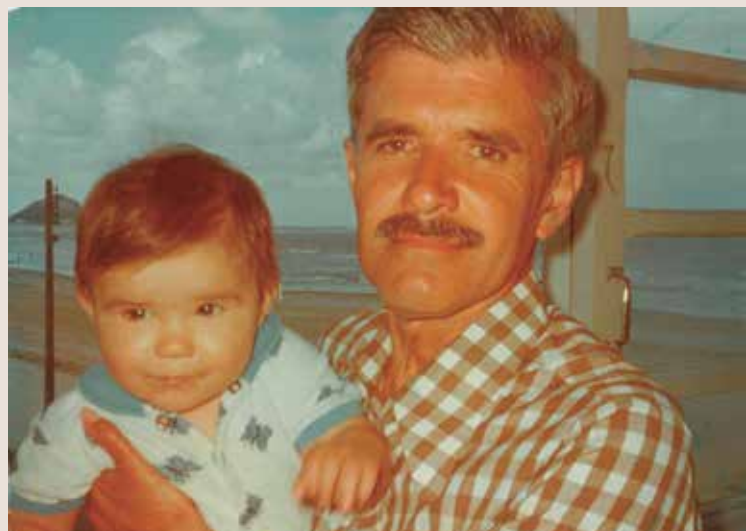
Se toda atividade humana, mesmo as mais formais relacionadas ao Direito, se realizam *intuitu personae*, o inevitável toque pessoal do

doutor Antônio Oesir Gonçalves eram a ironia e a humildade. Tinha um humor muito apurado, que talvez nem todos compreendessem, com raízes na sua inteligência muito refinada e em sua vasta cultura, e uma simplicidade certamente decorrente das grandes privações e debilidades físicas deixadas pela doença, entre elas a capacidade pulmonar reduzidíssima e a voz débil, ligadas a sequelas nos pulmões e nas cordas vocais.

Como juiz, mas sem a voz, precisava se impor não pelo que pretendesse dizer, senão pelo trabalho e pela atitude. E se impôs, na vida e na carreira. Num exemplo de resignação diante da deficiência do corpo, aprendeu a dispensar os valores mais complexos e tanto mais inatingíveis e a cultivar os valores mais simples da vida. Aliás, a vida, pela qual lutou bravamente desde a adolescência, para ele bastava por si.

Seus últimos meses foram cumpridos, ele certamente o diria, em “regime fechado”, no apartamento em que morava no bairro Água Verde. Mas o diria sem qualquer ressentimento e com um sorriso zombeteiro na face, pois considerava a casa um refúgio absoluto, onde sempre estava cercado de filhos e netos, aos quais se ligou muito intimamente após a morte da esposa. Locomovia-se só com auxílio entre três cômodos, já não conseguia ler, assistia a filmes e noticiários, comia pouco e não podia tomar seu vinho. Respirando sempre com muita dificuldade, sua voz quase não se ouvia. Mas para ele aquele restinho de vida era suficiente.

Permaneceu vivo enquanto conseguiu, certamente por achar-se importante para os familiares. E era. Partiu quando seu corpo frágil não conseguiu mais sustentar a grandeza do seu espírito, deixando gratos aqueles com quem compartilhou a existência terrena, embora envoltos em um grande silêncio e com uma imensa saudade.



Jantar da Amapar - Janeiro de 1978.



Posse do Juiz Substituto Alexandre Gomes Gonçalves, seus pais e irmã.

## Alexandre Gomes Gonçalves

Filho de Aidê e Antônio Oesir Gonçalves nasceu em 1973, na Lapa PR. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, turma de 1997. Cursou a Escola da Magistratura do Paraná em 1997.

No mesmo ano foi aprovado no concurso para magistratura paranaense e nomeado para a Seção Judiciária de Arapongas. Judicou nas comarcas de Centenário do Sul, Astorga, Colorado, Mangueirinha e Umuarama, respectivamente. Em 2003 foi promovido para Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba,

titular da 13ª Vara Cível da Capital. Promovido ao cargo de Juiz de Direito Substituto em 2ª Grau em agosto de 2014. Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral durante as gestões de 2005 a 2009 e, atualmente, é Juiz Auxiliar da Presidência, gestão de 2015/16.

Atuou como professor e coordenador da Escola da Magistratura do Paraná. ✍️



# JUDICEMED

*“Uma pessoa inteligente resolve um problema, um sábio o previne”*

*Albert Einstein*

## **Por Antônio Renato Strapasson**

Sinto-me profundamente honrado em escrever um pouco de minha experiência nesse trabalho digno junto à Judicemed, plano de saúde do qual muito me orgulho.

Participei, de fato, de inúmeras gestões, com diversos presidentes. Sempre com dedicação e muita responsabilidade contribuí para a preservação desse sonho, hoje realidade: uma garantia de vida e de esperança para os momentos difíceis.

Verdade que, muitas vezes, tivemos dificuldades, inclusive recorrendo aos associados até por aquela reserva mínima exigida pela Agência Nacional de Saúde.

Minhas primeiras lembranças do passado alcançam o tempo do Márcio Xavier, administrador do plano, pessoa bastante gentil, que providenciava a maioria dos pagamentos e reembolsos.

Ocorre que nesse tempo alguns casos graves que demandavam, às vezes, longos

internamentos, consumiam grande parte do que se conseguia guardar para fazer frente às demais despesas. As dificuldades eram quase intransponíveis.

A Agência Nacional de Saúde cobrava esse mínimo de capital e, aos poucos, graças a uma luta diária, as reservas foram suprindo todas as necessidades. Hoje, diga-se de passagem, com ótimo superávit.

Vimos incompreensões, lamúrias, desconfianças. Porém nunca desanimamos. Sabíamos que investir em uma vida saudável era a maior riqueza.

Lembro-me, ainda, dos idos tempos do Xavierzinho (1988-1991), que ainda era juiz do Alçada e combatia excessos que comprometiam o plano. Foi uma época em que se iniciou um trabalho de ajustes importantes, encerrando-se a fase em que grandes despesas eram pagas, algumas vezes, na sua totalidade, determinando o risco sério de o plano vir a sucumbir.

A par de tudo, e pelas palavras de um dos mestres da realização espiritual, tínhamos cons-



ciência de que o segredo da saúde da mente e do corpo estava em não lamentar o passado, em não se afligir com o futuro e em não antecipar preocupações, mas em viver sabiamente e seriamente o presente.

As contas foram se equilibrando mas novos desafios surgiram. Vale lembrar também a época da greve quando era governador Roberto Requião.

A maioria sentiu na pele a dificuldade de receber um mil e poucos dólares por mês, com filhos pequenos, escola e tudo o mais.

O caríssimo Luiz César de Oliveira (1992/93), presidente naquela ocasião, enfrentando grande desafio com sabedoria e sensatez, trazia luzes para que a Amapar e, sobretudo a Judicemed, não tivessem solução de continuidade.

Dizia que a verdadeira felicidade é impossível sem verdadeira saúde e que o maior erro seria sacrificar a saúde a qualquer outra vantagem.

Dificuldades à parte, todos os ilustres presidentes orgulharam-me com suas performances, de brilho e luta em favor, sempre, de uma Magistratura forte e de uma Judicemed cada vez mais sólida. Ideologias às vezes um pouco diferentes e, em consequência, pensamentos um tanto diversos acerca do rumo das diretrizes, natural em se tratando de quem estava acostumado a decidir e fazer justiça, mas sempre expressando e sentindo um grande amor pelas causas que abraçavam, sem nunca esmorecer. Reuniões periódicas eram convocadas para diuturnamente melhorar a vida pessoal e profissional dos colegas.

Eram unânimes em ressaltar que a saúde é resultado não só de atos, mas também de pensamentos que se transformam em fonte de prazer.

Essa solidez é, hoje, visível pela estrutura que se ergueu com todos os feitos de cada

## Antônio Renato Strapasson

Nasceu em Colombo, em 1951. Bacharel em Direito pela PUC-PR, Turma 1975.

Na magistratura desde 1978, juiz substituto na Seção Judiciária de Jacarezinho e titular nas comarcas de Capanema, Medianeira, Guáira, Castro, Londrina e Curitiba, aonde chegou em 1993. Homenageado com títulos de mérito em Guáira, Medianeira e Curitiba. Promovido ao cargo de Juiz de Alçada em 2002 e, em 2004, ao de desembargador do TJPR.

Na Amapar participou de todas as diretorias desde 1988 e, nas últimas gestões, do Conselho Fiscal da Judicemed, promovendo melhorias ao plano de saúde, adequando-o à modernidade. Na Escola da Magistratura em

gestão que tivemos.

É o melhor de todos os planos de saúde existentes no mercado, nas palavras dos próprios especialistas que nos atendem.

Por experiência própria falo, a propósito, do *homecare*. Administrado por pessoas competentes, de ótimo trato, que só têm em mente o bem maior daqueles em favor dos quais servem. Tudo feito com muito amor e carinho.

Neste passo, não posso deixar de testemunhar essa importantíssima e imprescindível ajuda, após um AVC hemorrágico do qual fui vítima. No início, médico todos os dias e as mais preparadas equipes de enfermagem, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, nutricionistas, além de um aparato praticamente igual ao do hospital, em minha casa.


Espero, sinceramente, que ninguém precise viver esse momento, porém é um alívio sentir que se tem um plano de saúde que realmente





Londrina e em Curitiba lecionou e foi orientador de estágio de Prática Processual Penal. Juiz conceituado, estudioso de teses jurídicas, destacou-se em debates

sobre o sistema prisional brasileiro e a execução da pena. Ministrou curso de atualização para juízes em 2º Grau.

Reconhecido esportista, sagrou-se o goleiro menos vazado em todos os campeonatos, estaduais ou nacionais dos quais participou, inclusive no Sul-brasileiro de Futebol Suíço, recebendo o título de Goleiro Campeão. 

recupera, alivia, supre carências e urgências de que não se pode prescindir.

Tenho tido sempre a sensação do dever cumprido, juntamente com os demais diretores e conselheiros ao lado dos quais tive e tenho a grande honra de servir.

Familiares e amigos têm-me perguntado como é possível manter um plano de saúde com tantos benefícios.

Respondo que a solidariedade é ponto crucial e que isto sempre esteve presente nos magistrados que pensam em si, na sua família e nos associados.

Compreensão e respeito, igualmente, chamaram-me a atenção em momentos de dificuldade. Problemas? Reclamações? Claro que existiram e existem, mas sempre no sentido de um aperfeiçoamento daquilo que é bom e que pode ser melhor.

Na verdade não sabemos avaliar a saúde quando a temos e lamentamos sua falta quando

a perdemos. O que importa, mesmo, depois da saúde, é a paz interior, pois a felicidade consiste nisto e em trabalhar dignamente.

Vê-se hoje crise de todos os lados, não, contudo, na Judicemed, menina dos olhos da Amapar, hoje brilhantemente comandada por nosso ilustre e mui digno presidente Frederico Mendes Júnior.

Nas palavras de Platão: não se deve esperar por crises para descobrir o que é importante na vida.

Esta própria obra, exemplo de dedicação de nossa querida Chloris, traz o resumo da raça de diretorias competentes que mostram a força que tem todos os associados em superar quaisquer vicissitudes ou adversidades que possam surgir pela frente.

A Magistratura do Paraná tem, graças ao seu feitio moral, sabido compreender e ajudar nessa cooperação mútua sempre que chamada a intervir.

Nossa vocação, e de todos com os quais trabalhei, continua sendo o de fazer justiça, sim, aos jurisdicionados, mas igualmente a nossos irmãos de toga, numa missão de fazer bem as coisas, para manter à altura um plano que nos traga alento e possamos estar nutridos por esse sopro de bem estar constante que nos mostra uma Judicemed sadia, vigorosa, enfim, forte o suficiente para continuar nos proporcionando a satisfação de estar fazendo o dever de casa.

A saúde, por derradeiro, é conservada através do conhecimento e das observações do próprio corpo. E é medida, sempre, pela alegria que nos causam a manhã e a primavera.

Agradeço ao “juiz dos juízes”, como sempre tem dito o desembargador Luís Renato Pedroso, por ter tido essa importante tarefa de doar parte do meu tempo em prol de outrem, especialmente de colegas que orgulham a Magistratura paranaense.

# Memória é pura imaginação

**Por Dirce Merlin Clève**

Em homenagem à minha família de origem, os Merlin, em 2014 publiquei o livro Família Merlin - memória é pura imaginação. A narrativa tenta reproduzir a saga de meus bisavós, oriundos da região de Veneto, Itália. Vieram ao encontro de oportunidades para seus filhos, trabalho digno, progresso. Encontrei e reencontrei familiares para ouvir histórias, algumas dramáticas, sobre a trajetória dos pioneiros. Alguns fatos tão distantes, alguns tão repetidos que até parecem recentes, outros, apenas uma vaga lembrança. Fui incansável na procura da exatidão e em abrigar todos os descendentes desta enorme família. Eram muitos para o tempo proposto, então optei por apresentar a pesquisa em linha direta de ascendência: bisavós, avós, pais, filhos e meus netos.

Aproximadamente trezentas e cinquenta mil pessoas, só daquela região, enfrentaram uma



**Bisavós Giuseppe Merlin e Giuditta Berni Merlin e filhos.**



**Avós Domênico Merlin e Liberata Thomas Merlin e filhos.**

longa travessia para aqui se instalar durante aquele século. Falavam o 'talian', atualmente um dialeto arcaico. Aquelas famílias contribuíram para, além do desenvolvimento do Estado, a formação do homem paranaense. No século XIX, emigrar era um sonho! De liberdade, de bonança e fartura, de trabalho e compensações. Estavam todos determinados a proporcionar aos filhos uma vida honrada. Os pioneiros sofreram muitas agruras, algumas imaginadas, outras descritas. Superaram a travessia, a língua, o clima, a alimentação, o desconforto dos insetos, dos animais, a saudade e as ausências, com garra e vontade. Tudo era muito diferente, seus hábitos, alimentação, clima, a língua, a moradia.

Meus bisavós Giuditta e Giuseppe Merlin e os sete filhos aportaram em Paranaguá no dia 13 de janeiro de 1878. Não eram tão jovens, ele 47 anos e ela 44. Nascidos em Villa Bartholomea, Verona, partiram em carroções até o porto de Gênova acompanhados de outras famílias, todas numerosas. Após 55 dias de viagem chegaram a Paranaguá, via porto de Santos. Foram instalados no litoral paranaense, Morretes. Era verão, o calor, a umidade, os insetos afastaram-nos dali e juntos subiram a serra. Com o dinheiro trazido, fruto da venda de seus bens na terra natal, adquiriram lotes na região do Água Verde e fundaram a Colônia Dantas, nome em homenagem ao presidente da Província, comendador Manoel Pinto de Souza Dantas. Em Curitiba nasceram os dois filhos mais novos do casal.

Meu avô, Domenico\*1863 + 1937, 15 anos, quase um menino, era o segundo na escala familiar e partilhava da expectativa dos pais, do sonho da Terra Prometida, como alardeava a propaganda nos folhetos distribuídos em grande escala. As músicas, as cantorias que embalsamaram a sofrida viagem, mostram o entusiasmo da jornada.



**'América, América  
Lá se vive que é uma maravilha.  
Vamos ao Brasil  
Com toda a família  
América, América  
Se ouve cantar  
Vamos ao Brasil, Brasil povoar'.**

Domenico ou Domingos, como passou a se chamar, casou-se com Liberata Thomas e tiveram nove filhos. O mais novo, meu pai, Cláudio, casou-se com Mercedes Pschera Merlin, filha de imigrantes alemães. Sou a segunda de uma irmandade de nove filhos.

Sobre esta família, Pschera, planejo escrever a respeito de seus membros e de sua saga. Eram também imigrantes de origem alemã e chegaram ao Brasil igualmente cheios de sonhos, aspirações de progresso e bonança para seus descendentes.

## Dirce Merlin Clève

Voluntária da Organização Soroptimista Internacional participa em projetos na área de Direitos Humanos, nas campanhas de valorização da mulher, especialmente na prevenção ao tráfego de mulheres e adolescentes. Em 2004 foi eleita para o Conselho de Diretoras da Federação Soroptimista Internacional das Américas. Em 1974 foi agraciada com o mérito 'Personalidade do Ano' – Professor – pelo jornal "Folha do Oeste", de Guarapuava. Autora da obra *Família Merlim, memória é pura imaginação – 2014*.

Natural de Canoinhas (SC), frequentou a escola, inicialmente em Ponta Grossa, depois no Instituto de Educação do Paraná, tornando-se professora normalista em 1953, ano do centenário da emancipação política do Paraná. Bacharel em Letras Neolatinas – Português pela PUC-PR, turma 1957. Estudante, desportista no curso colegial, participante de competições

de corrida de revezamento, basquete.

Casou-se em 1957 com o magistrado Jeorling Joely Cordeiro Clève, de família guarapuavana. Residiram em Pitanga, Piraí do Sul e Ivaiporã, comarcas onde seu marido era o juiz de direito. Lecionou nas escolas destas cidades, no ginásio e escola normal, como a única professora com nível superior e concursada. Em 1979 seu marido foi promovido para a capital e, com os quatro filhos, Clèmerson, Christiane, Luiz Roberto e Luciane, a família aqui se instalou. Nova fase: aposentou-se do magistério, sem deixar as atividades culturais que manteve durante a carreira no magistério. Emprasta seu nome ao Concurso Feminino de Contos, promovido pela Unibrasil – Centro Universitário.



Jeorling Joely Cordeiro Clève e Dirce Merlin Clève.



Clèmerson, Christiane, Luiz Roberto e Luciane. Jeorling e Dirce.



Jeorling, Dirce e netos.

# ...na ida e na volta, o novo rock nacional!

**Por Alexandre Della Coletta Scholz**

Foi em 1984. Então com sete anos, viajava para passar parte das férias de verão em Guaratuba com a família. Como qualquer criança impaciente com a viagem, perguntava a todo tempo ao meu pai se faltava muito. Não faltava, mas a viagem foi mais longa do que eu pensava. Ao chegar a Guaratuba, recebemos um telefonema informando que nossa casa fora assaltada e tivemos que voltar imediatamente a Curitiba. No Gol 1982, verde álamo, o rádio tocava, na ida e na volta, o novo rock nacional. Entre outros, os hits da época eram “Óculos”, dos Paralamas do Sucesso; “Marvin” e “Sonifeira ilha”, dos Titãs; “Bete Balanço” e “Pro dia nascer feliz”, do Barão Vermelho; “Corações Psicodélicos”, do Lobão e os Racionais; “Como eu quero”, de Kid Abelha e os Abóboras Selvagens; “Você não soube me amar”, da Blitz.

Era o tempo de reivindicação pelas “diretas já”, da “abertura lenta, gradual e segura” de um



**Alexandre Della Coletta Scholz.**



**Epiphone Supernova:** fabricada em 1997, foi a guitarra utilizada por Noel Gallagher no início da banda Oasis. O exemplar está autografado pelo próprio Noel, pelo guitarrista Andy Bell no escudo e por Liam Gallagher (vocalista do Oasis) no corpo. Os autógrafos foram obtidos pelo proprietário anterior da guitarra em Porto Alegre, em 2009, quando a banda lá se apresentou.

## Alexandre Della Coletta Scholz

39 anos, é juiz de direito da Vara Cível de Piraquara. Filho de Oswaldir Ehlke Scholz e de Neusa Della Coletta Scholz, casado com Vanessa Dias Simas Scholz. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma 2000. Ingressou na magistratura em 2007. Judicou nas comarcas de Cornélio Procópio, Nova Fátima, Congonhinhas, Uraí, Capitão Leônidas Marques, Assis Chateaubriand e Castro.

Professor da Escola da Magistratura do Paraná, desde 2010 leciona Prática Processual Cível.

país que estava prestes a sair da ditadura militar. Esse tipo de música era uma novidade para uma criança que até então só conhecia a MPB reproduzida nas rádios. Desde então, o rock arrebatou a minha atenção.

No mesmo ano, comecei a aprender a tocar violão na casa de um dos primos, até ganhar meu primeiro instrumento. Nunca fui e não sou um bom instrumentista – falta-me aptidão e muito, muito mais estudo; sobram-me limitações – mas sempre considerei a música um excelente entretenimento. Não só a prática desta, mas também a curiosidade sobre a biografia daqueles personagens que ora representavam a liberdade, ora a rebeldia.

Em 1985 aconteceu o primeiro *Rock in Rio*, que acompanhei na TV de cabo a rabo. Além das bandas nacionais, vi pela primeira vez o Queen, o James Taylor, o Rod Stewart, a Nina Hagen, o AC/DC, etc.



**Gibson Les Paul Custom "Black Beauty":** é uma reedição histórica da Gibson, fabricada em 2007 exatamente com as mesmas especificações das guitarras fabricadas em 1957 (vintage original spec). É um excelente instrumento e o modelo foi usado por guitarristas como Jimmy Page, Keith Richards, John Fogerty e o próprio Les Paul, que deu nome ao modelo. Até Jimi Hendrix, comumente associado às Stratocasters, chegou a utilizar uma dessas.



**Epiphone Special:** foi a primeira guitarra que adquirir e é um instrumento bastante simples. Foi modificada com peças e captadores melhores. Está autografada por Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone, integrantes da banda Os Paralamas do Sucesso.



**Epiphone Casino:** é uma reedição da guitarra do beatle John Lennon. Paul McCartney também usa uma dessas guitarras até hoje. A pintura sunburst foi utilizada nos primeiros anos dos Beatles; depois, o próprio John lixou a guitarra e passou a utilizá-la com a cor natural da madeira (como se pode ver no famoso concerto sobre o telhado do prédio da Apple, feito pelos Beatles em 30/01/1969).



Era tudo muito divertido e diferente. Os anos 80 e 90 ainda foram marcados, para mim, pelo rock nacional, mas aos poucos fui descobrindo o que havia pelo mundo afora e, voltando cada vez mais no tempo, me tornei mais beatlemaníaco (e fã de cada um dos Beatles em carreira solo), além de admirador do som dos Stones, do Who, do Led Zeppelin e de muitas outras bandas dos anos 60 e 70, o que incluiu a descoberta do blues de B.B. King, Muddy Waters, Howlin' Wolf, e o início do rock com Chuck Berry, que antecedeu e influenciou decisivamente o surgimento de todas essas bandas.

A primeira guitarra veio apenas depois da faculdade, já aos 23 anos. É um instrumento bem simples, mas o mantenho comigo até hoje. Está autografada pelos Paralamas. Consegui os autógrafos num show que aconteceu em Caiobá, no ano de 2004. Desde então, passei a me reunir com amigos para “fazer um som” e a curiosidade sobre equipamentos, instrumentos, pedais e amplificadores foi aumentando e a coleção também. Além das guitarras que ilustram este texto, possuo alguns modelos fabricados por *luthiers* de Curitiba. Não se trata de uma coleção de instrumentos raros ou valiosos, mas compartilho com os colegas, nestas páginas, a história de algumas guitarras interessantes.

# Combustível da vida

Por Diego Santos Teixeira

O mundo das artes exerce um fascínio quase que transcendental e sobre-humano sobre muitos de nós. Sempre me vi como um desses. Um fascinado, acompanhando perplexo o nascimento das mais indescritíveis manifestações de encantamento artístico. Indescritíveis porque não havia palavras para descrever o que sentia quando me deparava com determinada expressão de arte, fosse ela uma complexa pintura, marcante como uma orquestra sinfônica, ou uma melodia simples tocada em uma flauta doce. Encantamento, sentimento de arte. Assim soavam para mim, muito antes de que me fossem apresentados os conceitos ou classificações “científicas” que as representassem. Clássico, barroco, realista, surrealista modernista, contemporâneo e todas as demais vertentes de classificação, vieram depois, ou ainda nem vieram.

O fascínio gerado por um conto delirante, um poema concreto, uma pintura abstrata, uma sonata, uma foto, uma batida eletrônica, o enredo sonoro de uma ópera ou um acorde de mpb dissonante, já percorriam as veias de

## SORRISO

*Sorriso,  
Traço irretocável de encanto;  
Delicadeza que evoca o fascínio  
de um espanto...  
leveza reluzida de frente ou  
sutilmente de canto;*

*Simbiótica fusão entre lábios e  
dentes;  
Tal o abraço do mar que acolhe  
o sol poente;  
Se perto, fixo o olhar e congelo o  
presente;  
Se longe, faço dele as estrelas  
de meus pensamentos  
dormentes;*

*Arte esculpida na genialidade do  
improviso;  
Faria minha morada em teu  
sorriso;  
dele o combustível pro meu riso;  
No recanto da paz de um  
concreto paraíso;*



**Diego Santos Teixeira.**

## CORAÇÕES ROEDORES

Acordo ...  
Sequestrado por um pesadelo infindo;  
Encarcerado dentro de um sonho  
Construído a golpes de ilusão;  
A traição!  
A traição de mim mesmo, corre feito sangue pelas  
artérias da minha alma;  
Retira, a facadas, a frequência da minha calma;  
Calma!  
calma!

Embriague-se de si  
Estúpida Alma;  
desperte dessa desfalecida percepção de um  
amor vadio;  
Estúpida alma!!!  
Estúpida!!!!  
Cala-te coração inoportuno!!!  
Engula esse sorriso cheio de encantos imundos!!  
Leve esse cuidado pra teu mundo!  
Mundo, mudo, de tolas fantasias!  
acorde sozinho dentro de uma floresta vazia...  
Cheia de flores invisíveis..

Aqui, aqui, aqui!!!  
Aqui não!  
Não me venha com isso aqui!!!  
Aqui não!!!!!!  
Suma!  
Suma daqui!  
Aqui não!!!  
Aqui a mão que afaga  
a paixonite ignóbil,  
palavra de carinho anencéfala,  
recebe em trocapedras de decepção...  
Lançadas por corpos podres, vagos de si mesmo,  
que se deixam comer pelos vermes;  
Benditos vermes;  
Malditos!!!!!!!



## Diego Santos Teixeira

Formado pela UFPR, turma 2002, ingressou na magistratura em 2004, atuando nas comarcas de Cornélio Procópio, União da Vitória, Telêmaco Borba, Guarapuava e Curitiba. Atual titular da 14ª Vara Criminal da Capital, exercendo momentaneamente no biênio 2015/16, a função de Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça. ✍️

Fagocitem-se, danem-se!!!!!!  
num puro prazer de destruir os corações...  
Lindas flores nascidas de um monte de estrume;  
travestidas de aparência angelical,  
regam a ternura das límpidas essências  
com seu fétido chorume!!

A colheita está próxima...  
A safra do fel...  
Teu cuidado será estrangulado!  
Teu futuro será assassinado!  
Que queimem!  
Que queimem!  
Queimem na gélida solidão;  
Carbonizados pelo fogo da ingratidão;  
Nana neném  
Nana, o sono eterno no beco desilusão;  
Engula a Rima perfeita,  
Impossível de, sem pureza, ser desfeita!

## **ALICE<sup>1</sup>**

*Ali ce vê sorriso solto;  
Ali ce vê pintura doce, vem;  
Ali ce vê meu cais teu Porto;  
Ali ce vê poesia de meu bem;*

*Alice canto as cores da tua vida;  
Alice vem pra cá;  
Ali ce encontra o meu país das maravilhas;  
Alice é teu meu lar  
Alice é meu teu olhar*

*Ali ce vai se perder no meu mar  
Ali ce enfeita o meu coração  
Teu riso pra me encantar  
Faço tua a minha, minha canção  
Ali ce tua vida dentro do meu abraço  
curto circuito no seu íntimo...  
Teu véu minhas mãos  
Meu céu, céu, teu chão!!!!!!*

*Alice seja meu sentido  
Ali ce sente  
Ali ce leve  
Alice, vem  
Ali ce teu meu paraíso  
Alice vai,  
Alice veio  
Ali se foi*

*Alice é meu teu luar!!!  
Alice é teu, teu, meu ar !!  
Alice é teu,teu, meu lar!  
Alice é meu, meu, teu olhar!!*

<sup>1</sup>(poema musicado – disponível no spotify e applemusic – título – Alice – compositor – amores anônimos)

minha percepção como a corredeira de um rio transparente. Contínuo, fluido e intenso. Encantamento precedendo a técnica. A junção desses elementos, seja pelo esforço ou pelo dom natural, gera e lapida o artista.

Em meu caminho, consolidado o encantamento, transitei e me dediquei, como um curioso, ao estudo técnico de algumas dessas vertentes. Percorri a rota dos extremos que a ausência de limitação da arte permite, sem que se corra o risco de cair em contradição. No violão, eterno e mais antigo companheiro, das peças clássicas de Villalobos às modas sertanejas. Na poesia, da influência de Augusto dos Anjos a Vinicius de Moraes e na fotografia desde a cremosidade do preto e branco de Sebastião Salgado ao abstrato conceitual de Josh Adamski. Experimentar de tudo sem saber muita coisa de nada e esse nada já representando muita coisa, ante a humildade das respectivas pretensões técnicas.

No entardecer da adolescência, já percebendo que a música seria uma eterna amiga da qual a ausência de um dom maior não me permitiria tirar dela o sustento, vi nascer a angústia e o encantamento pela sensação de justiça. O encantamento pelo justo aliada a angústia pelo injusto me levaram então ao estudo da técnica. Mais uma vez o encantamento precedendo a técnica. Na sequência veio o Direito e, por fim, a judicatura. Com ela veio a convicção de que a ciência do direito é apenas um instrumento da busca pelo justo e que olhar sobre o humano, nascida desta busca independente, é pressuposto a nunca ser esquecido.

Artes e Magistratura nascidas de um mesmo ciclo, irmanadas pela mesma essência. Pesos diferentes na balança da técnica que seguem juntas, mas por caminhos diferentes. O caminho da simbiose perfeita, a arte como combustível da profissão, ambas como combustível da vida.

# Repertório seleteo

*Matheus Orlandi Mendes reverencia Beatles, bebe da nata do blues e também arrisca no autoral*

## Por Rômulo Cardoso

Trajado a rigor para “destilar” um bom blues ou jazz, com instrumentos escolhidos a dedo e gosto musical refinado, o juiz Matheus Orlandi Mendes, de Londrina, poderia muito bem representar o rico time de guitarristas brasileiros. Escolheu o Direito como destino profissional, mas reservou à música acordes de emoção, estimulados desde o berço pelo pai, também músico. Em momento exclusivo, a Toga & Literatura coloca andamento musical nas influências de Matheus Orlandi Mendes em tom de entrevista. Som na guitarra. Confira!

**Quando despertou seu interesse pela música e a percepção de que queria levar adiante o hobby?**

A primeira lembrança marcante que tenho

de meu interesse pela música remete aos meus 6 anos de idade, quando ganhei de meu pai uma fita cassete em que gravou uma seleção de músicas que se tornaram clássicos nos anos 1960, que abrangia Beatles, Rolling Stones, Pink Floyd e outros. Essas canções acenderam-me uma paixão pela música e um desejo incessante de conhecer outras bandas e gêneros, tocar um instrumento musical e me aprofundar nessa arte. Aos 10 anos de idade comecei a ter aulas de violão e aos 12 de guitarra elétrica. Depois de adulto fiz algumas poucas aulas de piano e bateria. Desde aquele momento inicial, com a apresentação da boa música por meu pai, nunca tive dúvida de que a música me acompanharia pelo resto da vida. Aos 17 anos cheguei a pensar em seguir carreira profissional na música, intenção que, entretanto, foi superada por minha vocação pelo Direito.



**Matheus Orlandi Mendes.**



**Pelo que notamos e como comentam colegas magistrados, o senhor tem na figura de seu pai uma grande inspiração para a música. Qual a importância dele e como é essa parceria musical atualmente?**

Foi por meio de meu pai que tive contato com a música. Desde criança, em minha casa havia música tocando constantemente e era comum a reunião de meus pais com seus amigos para ouvirem música, tocar e cantar. Sempre adorei ficar em volta dos adultos, em especial meu pai e seu saudoso amigo dr. Rui Barbosa Corrêa Filho, enquanto ouviam os discos, notadamente de jazz, e conversavam por horas a fio sobre música e músicos. Durante toda minha formação, meu pai foi sempre uma grande influência e inspiração, na música e na carreira jurídica. Atualmente, somos parceiros em uma banda formada com amigos que também têm a música como hobby, que inclui no repertório rocks antigos, desde os anos 1950, com Elvis Presley e Carl Perkins como exemplo, passando pelos anos 1960, com Beatles, Rolling Stones, Animals, Hollies, pela Jovem Guarda, com Roberto Carlos e Erasmo Carlos e também pelos anos 1970, 1980 e posteriores com Bruce Springsteen, Tom Petty & The Heartbreakers e R.E.M. Meu pai é vocalista e eu desempenho também o papel de vocalista e guitarrista.

**Quais são os seus estilos musicais preferidos?**

Meus estilos musicais preferidos são o rock, o blues e o jazz, mas também me interessam a música popular brasileira, a música brasileira de raiz e algumas obras da música erudita.

**Quais são os artistas que mais o inspiraram e ainda inspiram como músico?**

Os artistas que mais me inspiram são:





**Matheus Orlandi Mendes e seu pai Antônio Carlos Coelho Mendes.**

a) no rock: Beatles, Neil Young, The Who, Pink Floyd e Bob Dylan;

b) no blues: Clarence “Gatemouth” Brown, Robert Johnson, Albert Collins, Muddy Waters e Buddy Guy;

c) no jazz: Miles Davis, Ahmad Jamall e Stevie Wonder - apesar de não ser “propriamente” um jazzista.

### **Rememorando o início da sua atividade como músico, passou por quantas bandas?**

A primeira banda que integrei, ainda na adolescência, com amigos de escola, e que se manteve durante o período da faculdade, tinha no repertório o rock dos anos 1960 e 1970, com músicas de Beatles, Rolling Stones, Jimi Hendrix, Led Zeppelin, The Who, etc. Depois da faculdade, fiquei um período sem me dedicar à música em razão do foco nos estudos para aprovação no concurso da magistratura. Posteriormente, já depois da

aprovação no concurso, participei, como produtor, do projeto de gravação de um álbum da banda londrinense “Devacan”. Na mesma época, em companhia dos integrantes dessa banda, realizei um projeto denominado “Magic Buzz”, que consistiu na gravação de um álbum de composições minhas, no gênero de rock. Posteriormente, formei com meu pai e amigos a banda “Pô Pai”, com repertório de rocks antigos, a qual perdura até hoje. Durante um período, participei como convidado de vários shows do “Luke de Held Trio”, conhecida e conceituada banda de blues de Londrina. No passado recente, formei com amigos, profissionais de outras áreas e hobbistas da música, a banda “Blue Train”, com repertório de blues, cujas atividades foram suspensas pela falta de tempo para dedicação aos ensaios.

A banda “Pô Pai”, que integro na companhia de meu pai Antônio Carlos Coelho Mendes e

amigos, tem realizado apresentações apenas esporadicamente, preferencialmente em eventos beneficentes.

**O seu repertório é calcado em covers ou arrisca algumas músicas próprias?**

Meu repertório é calcado principalmente em reinterpretações de canções de outros compositores, mas tenho também minhas próprias composições que, inclusive, estão sendo lentamente registradas em gravações que pretendo reunir futuramente em um álbum. Dei a esse projeto o nome de “Thornton Lee & The Dirty Blues Company”.

**Em matéria de guitarras, como e por quantas guitarras é formado seu atual “arsenal”? Quais os modelos que mais o inspiram?**

Meu “arsenal” é formado por aproximadamente 30 instrumentos, entre guitarras, violões e contrabaixos, que venho colecionando juntamente com meu pai ao longo de 22 anos. Nesta coleção há instrumentos simples e comuns e alguns relativamente raros. Há instrumentos de marcas conhecidas como Fender, Gibson, Gretsch e instrumentos de outras marcas menos conhecidas e até feitos especialmente sob encomenda por luthiers locais.

Minha guitarra preferida é a simples Fender Telecaster, seguida pela Gibson Les Paul. Mas, em nossa coleção, tenho também especial carinho pela rara Hofner Club50, pelas Rickenbackers 330 e 360/12, Gibson SG e Fender Jazzmaster.

**Quais são seus discos de cabeceira? E os shows inesquecíveis que pode assistir?**

Discos preferidos de todos os tempos: Ram (Paul McCartney); Harvest e Everybody Knows This Is Nowhere (Neil Young); Revolver



Matheus Orlandi Mendes na sua banda “PÔ PAI”.

**Ficou curioso?**

Conheça um pouco do repertório do guitarman Matheus Orlandi Mendes no endereço a seguir. link: <https://soundcloud.com/matheus-orlandi-mendes/sets/thornton-lee-the-dirty-blues>

(Beatles); Tommy e The Who Sell Out (The Who); Odelay (Beck); Siamese Dream e Mellon Collie and The Infinite Sadness (Smashing Pumpkins); Ok Computer (Radiohead); Jeff Beck Group (Jeff Beck).

Tenho ouvido atualmente: St. Louis Times (Jim Byrnes); Bring It Back (Catherine Russel); Live à Fip (Eric Bibb); Chills & Thrills (Bernand



Allison); Genius Blues (Elmore James); Blackbird (Donald Byrd).

Shows inesquecíveis: Jimmy Page e Robert Plant; Rolling Stones com Bob Dylan; Sérgio Dias (ex-Mutantes); Beck e Blur; Neil Young; Larry Coryell & The Eleventh House

**Qual acredita ter sido seu grande momento no palco?**

Foi com o “Luke de Held Trio”, quando fizemos o show de abertura para o bluesman de Chicago-EUA, Lurrie Bell.


**E uma música que não pode faltar em seu repertório?**

Não importa qual música, mas tem que ter Beatles.

## Matheus Orlandi Mendes

É atualmente Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, turma 2000.

Ingressou na magistratura em 2004. Judicou nas comarcas de Guaraniaçu, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Astorga, Cambé, Curitiba e Londrina. Membro da diretoria da Amapar na gestão Miguel Kfoury Neto 2008/09, professor da Emap nos núcleos de Jacarezinho, Londrina e Curitiba. Fundador e Coordenador do Núcleo Permanente de Conciliação do Fórum Central da Região de Curitiba. Membro da Comissão de Informática e Planejamento Estratégico do TJPR.

Nasceu em Santo Antônio da Platina, em 26 de abril de 1978. Filho de Antônio Carlos Coelho Mendes e Luzia Izabel das Graças Orlandi Mendes. 

# O Levante do Sudoeste

*Outubro de 1957: a insurgência pela posse da terra no sudoeste do Paraná*

Por Francisco Cardozo Oliveira

## O CONTEXTO HISTÓRICO

Os conflitos pela posse da terra no sudoeste do Paraná, segundo os historiadores, se iniciaram no século XIX, mediante ato de D. Pedro II de concessão de terras ao engenheiro João Teixeira Soares (Decreto n.º 10432/1889). Nas décadas de 1940 e 1950 a violência se intensificou com a atuação de empresas imobiliárias apoiadas em duvidosa titularidade proprietária das terras da região, que passaram a exigir dos colonos e posseiros que já haviam se instalado no local, a maioria deles vinda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a aquisição da propriedade das áreas ocupadas.

As empresas impunham aos posseiros a compra das terras de que eles detinham posse, mediante ameaças de morte e de violência física a pessoas da família feitas por jagunços contratados, repetida a tradição brasileira da

pistolagem a soldo como meio de contornar leis e as autoridades constituídas.

Em 1943 Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), com o objetivo de promover a colonização, assentar os agricultores e ocupar as terras da fronteira com o Paraguai e a Argentina. Os agricultores recebiam a terra e assistência para o plantio. O objetivo de colonização e assentamento seguiu posteriormente mediante atividade desenvolvida pelo Getsop – Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, com a titulação das terras em favor dos agricultores posseiros na década de 1970.

Quando em 1954 o Supremo Tribunal Federal julgou recurso da CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. praticamente consolidou a ilegitimidade dos títulos de propriedade que ela detinha. A violência aumentou e assumiu feições de pura crueldade com mulheres e crianças; a empresa apressou-se a acossar



Revolta dos Posseiros no sudoeste do Paraná, em 1957. Acima os posseiros com armas em punho manifestando-se contra a “CITLA” - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., que obteve título de domínio de terras que já eram ocupadas por colonos da região.

os posseiros para forçá-los a assinar contratos de compra da terra de que mantinham posse. Contribuiu também para o aumento da tensão a atuação na região de duas outras empresas, a Companhia Comercial e Agrícola Paraná e a Companhia Colonizadora Apucarana, que contavam com o apoio do governador do estado do Paraná na época Moyses Lupion e, conseqüentemente, com os agentes dos órgãos de administração pública estadual. O próprio governador do Estado tinha interesse econômico na revenda das terras pelas empresas que operavam na área do conflito.

Os posseiros contavam com o apoio da imprensa local, de comerciantes e profissionais incomodados com a ação violenta das empresas imobiliárias contra homens, mulheres e crianças e a omissão das autoridades estaduais no combate aos crimes praticados pela pistolagem.

No dia 10 de outubro de 1957, os posseiros do sudoeste do Paraná se insurgiram contra a violência e tomaram as cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão na defesa da posse da terra.

## **O CARÁTER IDENTITÁRIO E JURÍDICO DA INSURGÊNCIA PELA POSSE DA TERRA**

A ocupação das cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão pelos posseiros revoltosos observou uma estratégia de organização e luta pelo reconhecimento de direitos e da posse da terra que não pode ser reduzida a uma ação revolucionária de contestação à ordem legal estabelecida; não foi um movimento que possa ser visto hoje na moldura restrita do crime ou da penalização; nem é o caso também de tê-la como movimento despido de propósito e de sentido de evolução social.

Como assinala Iria Zanoni Gomes, a organização dos colonos em busca do respeito à posse



da terra se inicia em 1951, com a composição de uma comissão permanente para a defesa de interesses nos litígios com as empresas imobiliárias. À medida que os colonos percebem que a violência praticada pelas empresas contra eles e membros de suas famílias não era combatida pela administração pública, a luta se desdobra em resistência: os colonos perceberam que não havia mais sentido em buscar a proteção da via legal para a manutenção da posse da terra. Iria Zanoni Gomes narra que um representante dos posseiros veio a Curitiba conversar com o então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Munhoz de Melo, que teria dito que não queria envolver o Tribunal na questão das terras do sudoeste.

Começaram então os levantes dos colonos. Quando o Supremo Tribunal Federal negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela CITLA – Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda., restando mantida a decisão do Tribunal Federal de Recursos de anulação da escritura de dação das terras em pagamento, que



**Revolta dos Possesiros  
no sudoeste do  
Paraná, em 1957.**



**Sudoeste do Paraná: Localização da área em litígio  
que resultou na Revolta dos Possesiros em 1957.**

Fonte: Caderno Cultural da Prefeitura de Francisco Beltrão.

constituía o título em que se apoiava a empresa para dizer-se proprietária, os juizes de direito e os prefeitos da região deixaram de divulgar o ofício enviado pela Corte sobre a questão; o fato, contudo, foi amplamente divulgado pelas rádios da região. Nesse contexto, destaca-se que uma exceção foi o juiz José Meger, de Pato Branco, que se manteve ao lado dos colonos e posseiros. Para Ruy Christovam Wachowicz, o juiz mandou abrir inquérito para combater a violência e requisitava forças para proteger a população. O juiz de Direito de Santo Antonio do Sudoeste, segundo Ruy Christovam Wachowicz, pediu aos diretores das empresas imobiliárias que evitassem a violência e agissem dentro da lei. A advertência foi em vão: eles achavam o Poder Judiciário moroso e preferiam impor seus interesses pela força das armas (1985, p. 214).

No dia 10 de outubro de 1957, os colonos, vindos de várias localidades, tomaram a cidade de Francisco Beltrão; os líderes do movimento se reuniram e fixaram as linhas do plano de

ação, que incluía prender o Juiz de Direito. Mas a prisão do juiz não assumia um caráter de contestação à autoridade; mesmo o juiz como pessoa era visto com respeito, conforme narra Iria Zanoni Gomes, reproduzindo relato de Walter Pécoits, o médico que fazia a defesa dos interesses dos colonos:

*Às duas horas, reunimos o pessoal aqui no hospital e fomos à casa do juiz. Batemos na porta e eu disse:*

*-Olha Dr., nós chegamos à conclusão que não dá mais pra continuar como está. Em sinal de respeito ao Sr., que é juiz, viemos lhe informar que vamos tomar a cidade. (...) como ninguém gosta do senhor, injusta ou justamente, (...) lhe dou um conselho: o senhor fique em casa. Vamos usar o que os senhores dizem na justiça ou na policia, o senhor fica em prisão domiciliar. (...) Se o senhor sair de casa, o senhor está preso. (1986, p. 95).*

Os colonos tomaram as ruas, invadiram os escritórios das empresas imobiliárias e espalharam notas promissórias e contratos de



**Na foto, os posseiros com cartazes e armas em punho. Um dos cartazes menciona a sigla CITLA. Tal companhia de colonização tinha como sócios amigos próximos e o próprio governador.**



compra e venda das terras por toda a cidade. Tomada a cidade de Francisco Beltrão, os posseiros estabeleceram as condições para a desocupação que, segundo Iria Zanoni Gomes, consistiam em:

- a) nomeação do médico Walter Pécoits para Delegado de Polícia;
- b) retirada das empresas imobiliárias da região; e
- c) demissão do Promotor de Justiça e do Juiz de Direito.

O governador do Estado aceitou as condições. Estava selada uma das poucas vitórias de posseiros pela posse da terra na história do Brasil.

Em termos jurídicos, a luta dos posseiros do sudoeste do Paraná, em 1957, pode ser concebida na perspectiva da trajetória de uma luta por reconhecimento de direitos, em que a posse desempenha papel fundamental.

No Sistema da Eiticidade Hegel ressalta o papel da universalização jurídica do direito de propriedade na dinâmica da luta por reconhecimento que se estabelece nas formas de superação do desrespeito e na construção da identidade. Comentando essa premissa, Axel Honneth afirma que o direito de propriedade e a posse assinalam a passagem nas relações sociais em que as pretensões particulares são transformadas em pretensões de direito universais, contratualmente garantidas (2009, p. 50). É como se o direito conferisse àquelas relações naturais de apropriação da terra, uma legitimidade de pretensões à posse e à propriedade. Trata-se, em última instância, de uma determinação da pessoa, que se manifesta na possibilidade de exigir o reconhecimento do respeito à posse e ao direito de propriedade em relação ao outro.

É interessante notar a esse respeito que Iria Zanoni Gomes fala da consciência que os posseiros adquirem ao longo da dinâmica de

luta pela posse da terra; diz ela que os posseiros do sudoeste do Paraná adquiriram uma consciência que surgia do próprio movimento por eles desencadeado, sem influências políticas externas, de que teriam que lutar para afirmar os seus direitos. O aumento das ameaças das companhias imobiliárias evidenciava que elas perceberam o modo como os colonos e posseiros se organizavam para resistir às exigências de venda das terras. Ressalta que era necessário lutar para manter uma forma de vida e recuperar a dignidade.

A insurgência dos colonos e posseiros pela posse da terra, no enfrentamento das exigências de expropriação feitas pelas companhias imobiliárias, de forma violenta, permitiu a eles afirmar uma identidade capaz de contrapor aos demais as pretensões jurídicas de posse e de uso da terra. O episódio evidencia que a normatividade contém um desdobramento material que não se deixa reduzir pela positividade da lei. É exatamente esse desdobramento que permite ao indivíduo, enquanto se afirma como tal, reconhecer a presença do outro como determinante do exercício da liberdade e dos direitos na vida social.

## **OS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA POSSE DA TERRA DECORRENTES DA INSURGÊNCIA**

A superação da violência e a manutenção da posse da terra permitiram aos colonos e posseiros do sudoeste do Paraná ampliar as possibilidades de exercício da liberdade, com efeitos na esfera pessoal e também na esfera das relações sociais e econômicas, o que pode ser mensurado desde o modo como estruturada a insurgência.

Para Ruy Christovam Wachowicz um dos efeitos da insurgência dos posseiros foi a elevação do grau de politização da população da

região do sudoeste do Paraná, que se refletiu em forma de organização social e sindical, com influência nas eleições para governador do Estado, embora o problema da legalização da propriedade das terras tenha permanecido sem solução até a década de 1970.

A manutenção da posse pelos colonos sedimentou uma forma de produção agrícola na região do sudoeste sustentada por minifúndios voltados para a agricultura familiar. Com a conclusão dos trabalhos do Getsop – Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná em 1973, de acordo com Iria Zanoni Gomes, foram titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 lotes urbanos. A preponderância da agricultura familiar, conforme assinala Adriana Aparecida Ortolan, ao mesmo tempo em que dificultava a inserção da produção agrícola nos sistemas de comercialização, facilitou o associativismo cooperativo na região, estimulado pela ação do Getsop - Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná.

A titulação das terras ocupadas pelos colonos, na visão de Roseli Alves dos Santos, não decorre de uma distribuição de terras que possa ser assimilada como espécie de reforma agrária; tratou-se antes de uma forma de regularização fundiária de quem já detinha posse, que produziu uma mescla de centenas de proprietários com poucos hectares de terras e dezenas com grandes áreas de terras. Em que pese os avanços com a titulação de terras, permaneceu a dificuldade de comunicação, transportes e de condições de comercialização. De acordo com Roseli Alves dos Santos, assegurada a posse, os colonos e posseiros confrontados com as dificuldades de comercialização da produção, passaram a enfrentar outro problema relacionado a produção familiar descapitalizada que ficava a mercê dos comerciantes locais que faziam a mediação com os grandes mercados e passaram a



se apropriar da maior parte da renda obtida com a atividade agrícola. Essa análise justifica a liderança de comerciantes e profissionais liberais na insurgência dos colonos em 1957; além de afirmar a oposição política ao governo do Estado da época também consolidou os interesses de uma classe de comerciantes mais a frente beneficiada com a renda da produção agrícola do pequeno agricultor sem meios de financiamento e de capitalização.

Em termos de produção agrícola e de bem estar, a insurgência dos posseiros não impediu que na região do sudoeste do Paraná se reproduzissem nas décadas seguintes os problemas relacionados à inserção da agricultura familiar em um modelo de desenvolvimento em que a modernização tecnológica privilegia a produção em grande escala de commodities. Conforme afirma Roseli Alves dos Santos, a modernização tecnológica para o pequeno produtor agrícola representa maior dependência em relação ao capital e menor ganho, comparado com o grande produtor.

Considerados os efeitos sociais e econômicos observados depois da insurgência de 1957, verifica-se que a forma de vida dos posseiros



**Revolta dos Posseiros  
no sudoeste do  
Paraná, em 1957.**

sofreu os efeitos do modo como estruturada a produção agrícola no Brasil com avanços e recuos. Firmou-se, contudo, uma identidade do posseiro e do agricultor na região de associação do trabalho na terra a uma forma de vida que conduziu a novo patamar de evolução social, com seus desdobramentos na vida social e econômica do presente e do futuro do Paraná.

#### **Referências**

- GOMES, Iria Zanoni. 1957 A revolta dos posseiros. Curitiba: Criar Edições Ltda., 1986.
- KRÜGER, Nilvado. Sudoeste do Paraná – história de bravura, trabalho e fé. Curitiba: Posigraf, 2004.
- HEGEL, G.W.F. El sistema de la eticidad. Madrid: Editora Nacional, 1982.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento - a gramática moral dos conflitos sociais. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- ORTOLAN, Adriana Aparecida. Aspectos da construção histórica do sudoeste do Paraná e da cidade de Francisco Beltrão. Revista Faz Ciência, vol 9. n.º 9, janeiro/julho de 2007, p. 11-33.
- SANTOS, Roseli Alves dos. O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná. Presidente Prudente, tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 2008.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1985.

## **Francisco Cardozo Oliveira**


Nasceu em São Joaquim SC, em 26 de outubro de 1958. Graduado em Ciências Contábeis pela UFPR em 1982, bacharel em direito pela Faculdade de Direito



de Curitiba, turma 1989. Especialização em Administração Financeira em 1984 pela CDE – FAE. Mestre em 1998 e Doutor em Direito em 2001, pela UFPR. Em 2015 concluiu pós-doutorado pela UFSC.

Ingressou na magistratura em 1991 e julgou nas comarcas de Ibaiti, Jaguaíva, Telêmaco Borba, Londrina e Curitiba, aonde chegou em 1996 e, dois anos após, assumiu a 17<sup>a</sup> Vara Cível da Capital. Atualmente é Juiz de Direito Substituto em 2º grau. Ocupou o cargo de Juiz Auxiliar da Presidência do TJPR em 2005, gestão des. Vicente Troiano Netto; em 2006/07 gestão des. Tadeu Marino Loyola Costa; em 2010 gestão des. Celso Rótoli de Macedo; em 2011/12 gestão des. Miguel Kfourri Neto; em 2013 gestão des. Clayton Coutinho de Camargo.

No magistério lecionou na Escola da Magistratura do Paraná, Núcleo de Ponta Grossa (1996), de Londrina (1997) e desde 2000 em Curitiba. Dirigiu a Emap na gestão 2014/15.

Publicou diversos artigos, capítulos de livros e a obra Hermenêutica e tutela de posse e propriedade, Ed. Forense. 

# William Shakespeare: O Bardo Inglês

Por José Ricardo Alvarez Vianna

*“Nada explica Shakespeare, e nada pode reduzi-lo a uma explicação”.* É assim que o crítico literário Harold Bloom inicia seu comentário sobre William Shakespeare e seu legado, no livro “Onde Encontrar a Sabedoria?”.

Bloom está certo. A obra de Shakespeare é de uma densidade ímpar e, portanto, incapaz de ser reduzida a mera classificação categorial. O bardo era profundo conhecedor da natureza e da condição humanas, e por isto suas peças nos causam sentimento de epifania. Ao assisti-las ou lê-las é como se estivéssemos diante de algo que intuitivamente já trazíamos conosco, mas que, de algum modo, não estivesse claro suficiente para aceder à nossa consciência.

Personagens como Lear, Goneril, Romeu, Macbeth, Otelo, Hamlet, Shylock, Alonso e Egeu não são simples nomes de peças como Rei Lear, Romeu e Julieta, Macbeth, Otelo: o Mouro de Veneza, Hamlet, O Mercador de Veneza, A Tempestade e a Comédia de Erros. Tais personagens são retratos fiéis de seres humanos, retratos estes que transcendem

tempo e espaço, e expressam o grande mérito de Shakespeare: ser universal.

Não por acaso sua obra influenciou uma série de escritores geniais, como Hermann Melville, Charles Dickens, Goethe, Thomas Mann, James Joyce e Machado de Assis; produziu efeitos na psicanálise, com Freud e Lacan; e na filosofia, com Schopenhauer e Nietzsche, isto sem mencionar as inúmeras versões teatrais e incontáveis adaptações para o cinema que se estendem no tempo e não têm fronteiras.

Suas peças, a propósito, albergam elevada dose de sentimentos e de pulsões humanas, ensejam reflexões filosóficas e provocam questionamentos existenciais. Para confirmar, basta atentar para trecho do soliloquio de Hamlet (Ato III, Cena I – “Ser ou não Ser”), quando diz: *“Quem aguentaria o fardo, gemendo e suando de uma vida servil senão por temer alguma coisa após a morte. O país não descoberto de onde nenhum viajante jamais voltou. Nos confunde a vontade. Nos faz preferir e suportar os males que já temos a outros que desconhecemos.”*

A obra de Shakespeare é um genuíno raio-X das contradições e ambiguidades do ser humano, além de traduzir em narrativas sua busca pela liberdade, identidade e de respostas para a vida e sobre a vida. Ao mesmo tempo, suas narrativas expõem como tudo isto se manifesta no indivíduo perante o convívio social; isto é, do modo como todos nós nos relacionamos, direta ou indiretamente, com o outro, o qual não passa de um retrato obscuro de nós mesmos, seja em maior ou menor escala.

Por isto e muito mais, Shakespeare é considerado um dos maiores dramaturgos de todos os tempos e, neste ano, completa-se 400 anos de sua morte. Há ainda poucos dados sobre sua vida. Sabe-se que sua vida foi relativamente curta (1564-1616) mas, seguramente, o bastante para se tornar um divisor de águas nas letras – e não só – de nossa civilização.

Como homenagem a esse grande homem, segue uma resenha de uma de suas peças não muito conhecida, e que traz como pano de fundo uma discussão jurídica. Trata-se de “*Medida por Medida*”.



## Medida por Medida

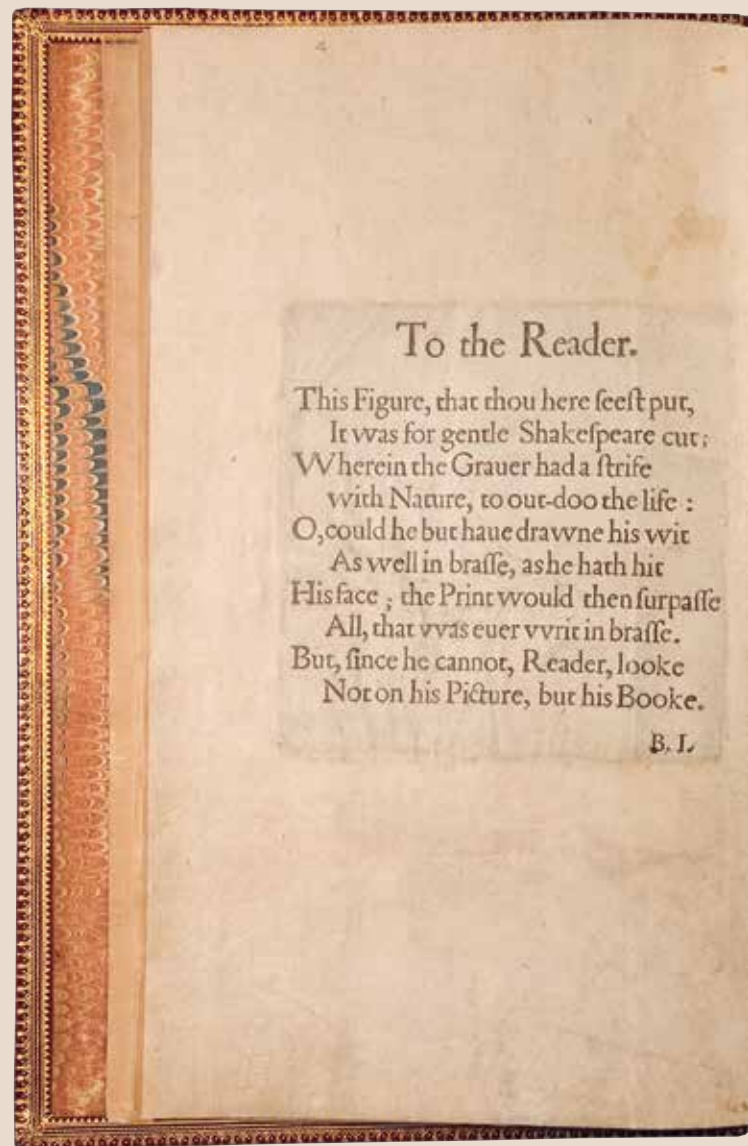
William Shakespeare

*Medida por Medida* foi exibida pela primeira vez em 1604. No enredo, o Duque de Viena decide se afastar do poder por um período, afirmando que irá empreender uma viagem. Por conta disso, delega suas atribuições para Lorde Ângelo, inclusive a de supremo magistrado. A escolha se deu porque Ângelo goza de reputação ilibada e reconhecido conhecimento jurídico, sendo a pessoa mais indicada a atuar como juiz. Sucede que o Duque não empreende viagem alguma. Ao contrário, permanece em Viena, embora disfarçado de Frei. Esta teria sido a forma que ele encontrou para conhecer seu reino visto de outro ângulo.

Não tarda e Ângelo tem diante de si um caso para julgar. O caso envolve Cláudio e Julieta e decorre do fato de Cláudio haver “fornicado” e engravidado Julieta antes de se casarem, o que era considerado crime, em que pese a lei respectiva estar em desuso. Mesmo assim, Ângelo não hesita em aplicá-la, impondo a pena de morte a Cláudio.

Em razão disso, Ângelo recebe a visita de Isabella, irmã do condenado e “*uma donzela cheia de virtudes, prestes a ser ordenada freira*”. Isabella suplica a Ângelo clemência em favor de Cláudio. Ângelo, por sua vez, encantado com a beleza de Isabella, propõe-lhe que caso ela se deitasse e entregasse seu corpo a ele, Cláudio poderia ser libertado, pois encontraria uma “brecha” na lei para libertá-lo. Para agravar a situação, Cláudio, ao tomar ciência do pedido de Ângelo, também pede a Isabella para que ela aceite a proposta em nome da vida dele.

Como se percebe, a trama suscita uma série de questões de ordem ética, jurídica, dentre outras. No plano jurídico demonstra, além do mais, que a interpretação/aplicação do Direito depende muito do juiz, e não só do texto legal.



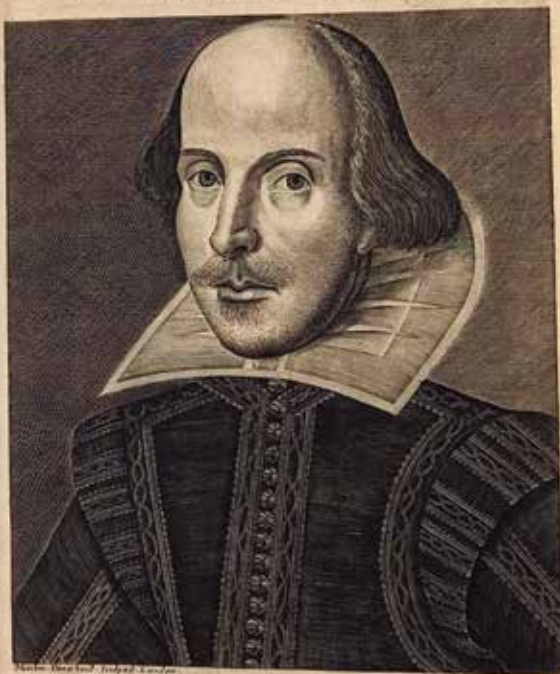
## José Ricardo Alvarez Vianna

Exerce o cargo de Juiz de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, turma 1994. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina e Doutor pela Faculdade de Direito de Lisboa. Doutorando pela Fadisp. Iniciou sua atividade profissional advogando e foi Promotor de Justiça.

Em 1998 ingressou na magistratura paranaense. Nomeado juiz substituto e, em seguida, juiz de direito, julgou nas

Mr. WILLIAM  
**SHAKESPEARES**  
COMEDIES,  
HISTORIES, &  
TRAGEDIES.

Published according to the True Originall Copies.



LONDON  
Printed by Isaac Iaggard, and Ed. Blount. 1623.

comarcas de Rolândia, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Medianeira, Foz do Iguaçu e Londrina. Em 2011 exerceu o cargo de Juiz Auxiliar da Corregedoria, gestão 2011/2012.

É professor da Escola da Magistratura do Paraná, Núcleo de Londrina. Autor das obras: Responsabilidade Civil por Danos ao Meio Ambiente; Manual de Direito das Obrigações.

Filho de Vicente Vianna e Vitória Alvarez Vianna, nasceu em 27 de agosto de 1970.

Isto remete ao realismo jurídico estadunidense que, ainda no século XIX, afirmava: “o direito nada mais é do que aquilo que os tribunais dizem”, e não necessariamente o que está na lei. E mais: o julgamento de um caso depende do que o juiz tomou em seu café da manhã, ou seja, de seu humor de momento.

Para o realismo jurídico, o juiz primeiro decide conforme suas convicções de justiça e depois – só depois – vai buscar na lei algo que justifique sua decisão. A lógica e a ciência jurídicas, sob este prisma, cederiam aos valores e preferências pessoais do magistrado, o que colocaria em risco outro pilar do direito: a segurança jurídica.

Outra peculiaridade que vem à tona em “Medida por Medida” se dá quando o Duque, uma vez trajado como Frei, passa a ouvir inúmeros comentários difamadores e ofensivos em relação à sua pessoa como Duque por parte de um dos personagens (Lúcio). Porém, tão logo se restitui ao cargo de Duque, o mesmo Lúcio passa a tecer inúmeros comentários desonrosos em desfavor do Frei. Esta passagem parece sugerir que respeito não se adquire apenas com títulos e cargos, mas sim com atos. Títulos e cargos podem dar respeito aparente, isto é, externado apenas no trato pessoal direto, sobretudo se oriundos dos aduladores de plantão. Todavia, o genuíno respeito se conquista com atitudes.

Cabe destacar, ademais, o fato de que tanto Ângelo, como Isabella, são descritos no início da obra como seres humanos perfeitos, dadas as qualidades que lhe são exaltadas na narrativa. Nem por isso Ângelo e Isabella estão imunes ao cometimento de erros ou falhas ao longo de suas vidas. Assim, ao que parece, o bardo quer dizer que não existem seres humanos perfeitos.

Em suma, com uma trama dessas, repleta de dilemas – inclusive, jurídicos – confrontando-os com a natureza humana, o final promete e a leitura mais do que se recomenda.

# Alguns poemas

Por Priscila Prado

*não é porque você não está aqui  
que tenho saudade  
- é minha a saudade:  
é minha a solidão  
e a ausência.*

Poemas como esse me reconfortam – seja no momento da escrita seja em algum momento posterior de angústia ou encantamento. Esta compreensão foi o que me levou a decidir por publicar: se podem ajudar a mim, talvez possam ajudar também a outros. É o que almejo.

## *par de pés-de-pato*

*comprei pés-de-pato novos  
agora o jeito é usá-los  
chova ou faça sol  
no seco ou no molhado  
lá vou eu com meus novos calçados*

*as pessoas me olham de soslaio  
murmuram entre dentes  
viram o rosto sem conter o riso  
estou na berlinda  
com meu questionável siso*

*todos invejam meu desembaraço*





**Priscila Prado.**

Assumir a poesia como ofício foi para mim uma ruptura de paradigma - algo como “sair do armário”: desconfortável, embaraçoso, porém inevitável confissão de ser o que se é. A poesia é meu “par de pés-de-pato” fora d’água. Qual é o seu?

Aliás, esse poema, integrante de meu livro de estreia, **a qualquer momento AGORA** (2005) foi descoberto por duas amigas que, professoras, apresentaram-no a seus alunos da faixa de 09 a 10 anos de idade. Não sei se terão percebido nele um traço de humor – característica que, embora nem sempre evidente, transparece em vários de

meus poemas, mas foi o que me despertou para a hipótese de publicar para o público infantil.

Esta a centelha que resultou em **PRE-GUIÇA, CORAGEM e outros bichos** – finalista do Prêmio Jabuti 2013 - livro interativo de poesia ilustrada, interativo no livro e no respectivo site [www.preguicacorage.com.br](http://www.preguicacorage.com.br). O livro tem poemas e ilustrações de bichos brasileiros – mas também tem espaço para a imaginação do leitor. Completado pelo leitor, cada livro torna-se único, singular, inconfundível – e cada leitor torna-se co-autor.

Segue um poema que não está no livro, feito para uma ilustração que está! – Será que você adivinha que bicho é este? (resposta ao final \*)

*é o bicho que dorme  
com o olho entreaberto  
- pelo sim pelo não  
melhor não chegar perto:*

*se ele dorme acordado  
ou se está bem desperto  
tarde vai descobrir  
o que for descoberto*

*é de poucos amigos  
- os que couber na boca:  
para limpar o serrote,  
passarinhos espertos;*

*outros, de qualquer porte  
- de saudosa memória -  
já viraram petisco,  
alimento digesto.*

\* é o jacaré: "bicho-que-dorme", em tupi-guarani!

## Priscila Prado

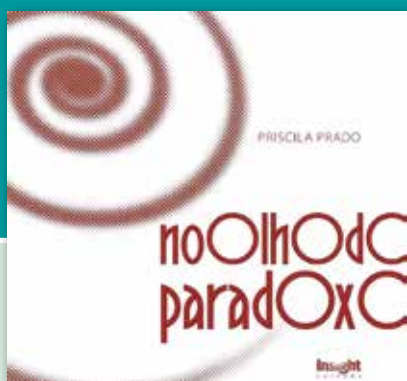
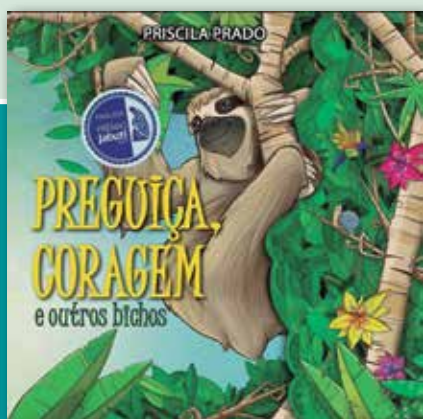
Nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1967. Bacharel em Direito pela UFPR em 1990. Mãe de dois filhos, fotógrafa e escritora, acompanhou o marido magistrado, Carlos Henrique Licheski Klein, pelo interior paranaense. Colecionadora de palavras e autora das obras: *A qualquer momento AGORA*, Editora Aurora (2005); *Preguiça, coragem e outros bichos* (Finalista Jabuti 2013), Edição da autora (2013); *No olho do paradoxo*, Editora Insight (2015); *Alas, Pétalas & Labaredas*, Editora Bolsa Nacional do Livro (2016).

**PREGUIÇA, CORAGEM e outros bichos** é um livro vivo e está seguindo seu caminho nas escolas, livrarias e famílias. Convida ao engajamento com questões ambientais, naturais, humanas – com liberdade, responsabilidade, poesia, alegria!

O livro seguinte, **NO OLHO DO PARADOXO**, parte da imagem do olho do furacão como metáfora para o turbilhão de realidades – não raro contraditórios e até paradoxais – que transtornam o ser humano contemporâneo, desafiando permanentemente seu equilíbrio.

**viajar**

*apropriar-se  
de cada destino  
até ao mundo todo  
pertencer*



A imagem do furacão acompanha os poemas e os integra. Também deles fazem parte os sinais de pontuação, a cor da fonte, das páginas, a disposição das palavras, seu tamanho,... Em suma, a forma está a serviço do conteúdo: há poemas em simetria (aparente!); poemas com versos paralelos; poemas circulares, cuja palavra final é o título - como este em que o fim é um novo começo e a derrota não impede a esperança:

**\* aurora**

escuro – é cedo:  
fechadas ainda as portas do sonho  
esbarro no duro vazio de um silêncio seco  
contudente certeza: não é seguro  
- mas é no breu que mora  
a promessa d'

\*

Ao lado de autores famosos e desconhecidos, participei também da antologia **POESIA DO BRASIL** (Vol. 19. Bento Gonçalves, Grafite: 2014) com nove poemas – entre eles:

**no rumo**

*você sabe que está no ramo certo  
quando lazer  
é trabalhar*

*você sabe que está no rumo certo  
quando prazer  
é caminhar*

Minha primeira incursão em prosa, o conto **DO OUTRO LADO DO LÁPIS**, integra a antologia **TORRE DE PAPEL** (Curitiba, Ana Camargo & Cia. Ltda., 2015). É uma homenagem a alguns dos autores que marcaram minha formação.

Do mais recente, **ALAS, PÉTALAS & LABAREDAS** (2016), deixo-lhes como despedida e convite:

**adeus**

*Que entre o vento!  
- mas o vento não espera consentimento*

*Que soe o alaúde!  
- e o alaúde emudece à sua presença*

*Amor! Verdade! Saudade!  
- as palavras, ocas, reverberam no ventre  
do sentimento silente.*



**Waldemar Curt Radovanovic Freyesleben - Tanque do Bacacheri, 1943. Óleo sobre tela 1,90x1,15m.**



# *Antigo mobilismo*

*A história preservada  
em quatro rodas*

*O antigomobilismo está  
difundido pelo mundo são  
muitos a preservar a história  
através de máquinas que  
por vários anos desfilaram  
reluzentes pelas estradas  
e cidades no passado. São  
automóveis antigos mantidos  
ou restaurados pelos que se  
entregam intensamente a  
essa paixão.*



Desembargador Jorge Wagih Massad em sua garagem.



## Sobre a garagem

Por Jorge Wagih Massad

Apaixonado por carros desde criança, quando ganhei dos meus pais, aos quatro anos de idade, um jipe vermelho de pedais que me permitia locomoção, cresci com esse fascínio.

O brinquedo teve de ser levado e deixado no Grupo Escolar Júlia Wanderley, em Curitiba, onde se iniciou minha caminhada estudantil, como condição para aceitar a frequentar o Jardim de Infância. A partir daí, fiz dessa obsessão meu hobby, que me acompanha até hoje. O gosto por carros antigos que lembram a juventude.

O antigomobilismo está difundido pelo mundo e muitos são aqueles que preservam a história através de máquinas automotivas que por vários anos desfilaram reluzentes pelas estradas e cidades no passado. São automóveis antigos que mantidos ou restaurados satisfazem o gosto daqueles que curtem essa paixão.

Costumo esclarecer que não são ‘carros velhos’, como muitos costumam dizer, mas preciosidades sobre rodas – verdadeiras joias – que nos proporcionam o prazer de mostrar às gerações futuras a inteligência, a evolução e o aperfeiçoamento da relação do homem com a máquina ao longo dos tempos.

A preservação desses modelos antigos inclusive é estimulada pela autoridade de trânsito que estabeleceu, por Resolução do Contran, condições de exigibilidade para assegurar sua originalidade, concedendo placas diferenciadas aos veículos com mais de trinta anos de uso e

80% de originalidade.

A vistoria é realizada por uma Comissão dos Clubes de Veículos Antigos, vinculados à Federação Brasileira de Veículos Antigos (FBVA), para permitir a aplicação das placas pretas de colecionador.

Anualmente o veículo placa preta deve ser submetido a uma vistoria pelo clube no qual estiver registrado e que expediu o certificado de originalidade para, se aprovado, obter o licenciamento.

Há aproximadamente trinta anos, fiz de minhas horas de folga o passatempo preferido, que é lidar com os automóveis antigos. Prefiro muito mais a beleza e o requinte dos modelos antigos aos modernos e descartáveis veículos novos.

Comecei meu acervo exatamente com um Jeep vermelho 1972, que adquiri com a devolução de um depósito compulsório que se exigia, na década de 80, para assegurar o direito de espera para a aquisição de um veículo Monza.

Depois disso, fui adquirindo os veículos buscando no início os modelos que tive na juventude. Como não poderia ser diferente, Fusca, Karmann Ghia, Opala, Galaxie, Dodge, Corcel, Maverick e outros que não tive antes, mas me fascinaram quando jovem, como o Simca, Aero Willys Itamaraty, Lafer, Puma além,



claro, dos jipes, onde tudo começou.

Cada um dos carros tem a sua história. Há veículos que foram adquiridos de colegas magistrados, de procurador de justiça, cada qual com sua peculiaridade de origem e características.

Manter essa paixão não é nada fácil. Muitas vezes é preciso garimpar a peça certa em lojas antigas, em ferros velhos, pagando, não raras vezes, um preço alto para obter o que se procura. Numa dessas vezes, após uma busca por todo o país, via internet, consegui uma trava do capô do Maverick num ferro velho em Brasília. Porém a viagem de volta para Curitiba teve seus percalços. Fui barrado nos raios-X do aeroporto porque acharam que eu estava transportando uma arma em minha bagagem.

Não gosto de participar de exposições nem de concursos com meus carros, mas tenho imenso prazer em mostrá-los a quem se interessa e quiser ouvir suas histórias.

O número foi aumentando e os carros passaram a ficar espalhados em vários lugares, dificultando a manutenção, obrigando-me a adquirir uma chácara, em Campo Largo, nas proximidades de Curitiba e construir uma garagem, para acomodá-los com o cuidado e o tratamento merecidos.

Tenho um amigo mecânico, o Nadir, com



quem aprendi muitas coisas, que me ajuda a dar manutenção e movimentar os carros. Assim, uma vez por semana, pela manhã, vamos à chácara para fazer funcionar os carros e corrigir eventuais irregularidades.

A limpeza da garagem e dos veículos fica por conta do Marcos, caseiro, que se esmera porque também é um apreciador de veículos antigos.

Este é o meu passatempo para dar uma trégua ao stress dos processos, e também, porque não, uma preparação para minha aposentadoria.

## Curiosidades do acervo

- O painel ao fundo é uma reprodução fotográfica do Centro de Curitiba – Rua XV de Novembro – Boca Maldita – tirada em uma manhã chuvosa de agosto de 1951, onde ao lado esquerdo, em primeiro plano, aparece a loja “Paraíso das Sedas”, que pertencia aos meus pais, Wagih Miguel Massad e Corina Trilha Massad. Fotografia reproduzida do acervo de Domingos Foggiatto, extraída da seção Nostalgia, publicada na Gazeta do Povo de 19 de agosto de 1990.

- A bicicleta Caloi 10 que está pendurada, aro 22, pertenceu a minha sobrinha Corina Kososki Massad, que faleceu aos 15 anos de idade, em 1986.

- A lambreta é também uma raridade. Modelo LD-1959. Comprei uma semelhante quando completei 18 anos e nunca consegui dar uma volta. Meu pai, temendo por minha segurança, levou-a sem que eu a tivesse experimentado uma

única vez, por considerá-la um veículo perigoso. Consegui essa restauração, recentemente, graças à gentileza de um colecionador amigo.

- O Aero Willys Itamaraty, nunca possuí nenhum à época, mas foi o primeiro veículo que usei para trabalhar, quando concluí a Academia Militar e fui convocado como Ajudante de Ordens do Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná.

- O Karmann Ghia vermelho foi o carro que tive em 1972 e com ele viajei na minha lua-de-mel.

- O Corcel I utilizei quando residi em São Paulo e fiz o curso de Educação Física na Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo – SP, em 1974/1975.

- O Ford Landau adquiri do finado desembargador Leandro de Freitas Oliveira, pouco tempo antes da sua doença e de seu falecimento.

- O Jeep Willis 1951 comprei-o do desembargador Guilherme Luiz Gomes.

- O Jeep 1954 Militar e a Carreta Militar 1953 foram restaurados e adquiridos do colega João Casemiro Wielewicki,





que reside em Londrina PR, outro apaixonado por viaturas militares.

• O Maverick amarelo trouxe de Estância Velha, estado do Rio Grande do Sul, em 2005, graças a ajuda do atual presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo Costa, que conhecia o juiz da comarca gaúcha e me facilitou o contato com o vendedor, para um exame no veículo. Com um modelo semelhante a este tomei posse na minha primeira comarca, como juiz substituto de Cornélio Procópio, em 1978, onde comecei a carreira na magistratura.

Promovido e titularizado Juiz de Direito, assumi a Comarca de Sengés e nessa época adquiri um Galaxie, modelo LTD amarelo, ano 1976, cuja placa era AP-0073, que não possuo mais. Com esse automóvel, que era um luxo para a época, vivi o meu tempo pelo interior do Estado e com ele me aconteceram três episódios que

merecem registro.

O primeiro aconteceu em Curitiba, em 1981 quando eu era Juiz de Direito de Sengés.

Vim passar um final de semana na Capital sem pedir autorização à Corregedoria. Por ironia do destino, quando transitava com meu reluzente Galaxie LTD pelo cruzamento da Alameda Cabral com a Cruz Machado me deparo frente a frente com o Corregedor. Eu subia a Alameda Cabral quando o semáforo amarelou e assim eu deveria parar. Para surpresa e espanto meu, estava na faixa de pedestre, aguardando para atravessar, simplesmente o Corregedor da Justiça, desembargador Zefirino Mozzato Krukoski, de saudosa memória, cuja austeridade era de todos conhecida. Ao vê-lo, tive a certeza de que se parasse, obedecendo às normas de trânsito, ficaria bem à vista de seus olhos e seria por ele reconhecido.

Para evitar possíveis cons-





trangimentos funcionais, resolvi cruzar a Rua Cruz Machado, já talvez com o sinal fechado, para não ser flagrado pelo Corregedor. A alguns metros de distância observei-o pelo retrovisor, e ele continuava parado, olhando para o meu Galaxie, por certo não para admirá-lo, mas com certeza para fazer alguns elogios a minha mãe, pela imprudência daquele afoito motorista. Confesso que por alguns dias fiquei na incerteza de que ele pudesse ter me reconhecido e me chamasse para dar explicações. Felizmente isso não aconteceu.

O segundo fato aconteceu em Guaíra, no ano de 1984 ou 1985. Como todos lembram, naquela época (da ditadura militar) os municípios da região de fronteira tinham seus prefeitos nomeados pelo presidente da República. Em Guaíra, o alcaide ungido pelo Palácio do Planalto era o sr. Kurt Walter Hasper, um homem de grande estatura, de origem alemã, que permaneceu à frente da Prefeitura Municipal

por todo o período do regime castrense. Era respeitado e, porque não dizer, temido por todos, dada a sua inquestionável influência oriunda da Capital Federal. Naquele ano, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, então presidente da República, resolveu ir a Guaíra com seus ministros militares, para a despedida das Sete Quedas, que em breve estariam submersas pelas águas do Lago de Itaipu. Guaíra nunca viveu dias tão especiais, vale dizer, agitados. Talvez o primeiro e o único presidente da República a visitar a cidade. Eu era o juiz eleitoral e, no ano seguinte, presidiria a primeira eleição para prefeito do município, promessa do então governador José Richa, que havia se empenhado para que o pleito ocorresse em todos os municípios de fronteira do Paraná, como de fato aconteceu. Foi nessa época que o prefeito Kurt foi ao Fórum, veio ao meu gabinete pedir para que eu emprestasse meu Galaxie LTD, para ficar à



**Jorge Wagid Massad** - Ingressou na magistratura paranaense em 1978. Oriundo do Tribunal de Alçada foi nomeado desembargador do TJPR em 2005. Presidente da Amapar no período 2000/01 e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - Gestão Cláudio Baldino Maciel - 2002/04.

Eleito presidente da Amapar, promoveu a informatização da entidade, instalando programa de videoconferência entre magistrados do Interior e da Capital, visando atualização de temas jurídicos. Conferiu estabilidade financeira ao plano de saúde, estabelecendo outras normas administrativas para o ingresso de associados, credenciamento médico-hospitalar e assinatura de convênios. Efetivou-se, em sua gestão, a ocupação exclusiva do espaço físico da Escola da Magistratura do Paraná. Organograma e sistemática pedagógica foram padronizados e adequados aos discentes, à sede e aos núcleos e inaugurada a Biblioteca Francisco Muniz.

A I Olimpíada Estadual da Magistratura foi então realizada em Foz do Iguaçu, em nove modalidades esportivas, com aproximadamente 160 participantes magistrados e familiares.

Em Piraquara edificaram-se quatro chalés, sauna e vestiários, além de reformas e medidas de conservação em todas as sedes esportivas.

Em assembleia geral a sigla Amapar e a bandeira da instituição foram adotadas. Esportista, artilheiro da equipe dos magistrados paranaenses, apreciador da boa música, violonista inspirado e cantor de memoráveis serenatas.

disposição do presidente da República. Disse ainda que se eu preferisse poderia dirigi-lo pessoalmente. Respondi-lhe que não emprestaria meu automóvel, pois na condição de Juiz Eleitoral poderia ser mal interpretado pelo outro candidato, na época, do partido MDB. Não aceitando a minha resposta negativa e sempre acostumado a ser atendido, ameaçou-me dizendo que um coronel da segurança da presidência da República mandou dizer que poderia requisitar o meu automóvel. Fui tomado de profunda indignação e respondi-lhe, desafiando, que transmitisse ao coronel que experimentasse requisitar o meu carro. Nada aconteceu, felizmente para todos nós. Naquela época a democracia já fazia reluzir seus raios sobre o país e a minha vontade felizmente foi respeitada. Ou talvez não passasse de uma bravata do prefeito que não estava acostumado a receber um não. O presidente Figueiredo foi conduzido em um Galaxie bem mais velho, pertencente ao advogado Leônidas Gioppo, que depois da estada da comitiva presidencial na cidade se vangloriava de haver transportado pessoalmente o presidente da República.

O último fato pitoresco que envolveu o Galaxie aconteceu com o colega Paulo Roberto Hapner, também aficionado de veículos antigos. Eu havia tomado posse como juiz de direito da minha primeira comarca, Sengés, onde a cunhada do Paulo era a Promotora de Justiça dra. Yara Marques Dip, irmã da Irecê, sua esposa, cujos familiares residiam em Itararé SP, divisa com o Paraná. Era o final de nossas férias coletivas. Eu havia passado na sede da Amapar

e ganhara todos os volumes da edição “Paraná Judiciário”, aqueles que recebíamos da Associação e que nos era muito útil, principalmente para juízes novos como eu em início de carreira. Coloquei aquela enorme quantidade de livros no porta-malas do meu Galaxie e, no centro da cidade, o meu automóvel emparelhou com outro Galaxie, dirigido pelo Paulão. Ele, gentilmente, enquanto aguardávamos abrir o semáforo, disse-me que estava indo para Itararé e perguntou-me se não queria nada de lá. Sua pergunta foi muito mais por educação e amizade, aquela que a gente costuma fazer, esperando, não raras vezes, um simples agradecimento pela cordialidade.

A minha resposta foi diferente. Lembrei-me da coleção do “Paraná Judiciário” que teria que dividir com as malas e bagagens da família e perguntei se ele poderia levar uns livros e deixá-los no Fórum. Paulo, como é de seu estilo, prontamente assentiu ao meu pedido. Estacionamos nossos luxuosos carros e ele me fez um grande favor, livrando-me daquela pesada carga, o que só foi possível com o espaçoso porta-malas que os carros possuíam.

Fiquei grato ao colega Paulo, além da gentileza, por também possuir um Galaxie, para poder atender a tão inconveniente pedido.

## Na garagem

Muitos magistrados têm no fundo de suas garagens pelo menos um fusca ou um veículo antigo de família que preservam por herança ou mesmo saudosismo de uma época que, sinceramente, não voltará.

Não voltará porque o mundo capitalista e consumista que transformou o automóvel em objeto de plástico descartável vai aos poucos destruindo o sonho que embalou por muito tempo a satisfação e o prazer dos jovens antigos. Por isso, é importante preservar a história e relembrar o tempo em que essas máquinas tiveram seu glamour na sociedade brasileira e mundial.

Outro apaixonado por essas joias antigas é o desembargador Clotário Portugal Neto, que nunca esconde sua satisfação em estar presente nas reuniões do nosso Veteran Car Club, onde guarda alguns de seus veículos.





**Ariel Ferreira do Amaral e Silva e seu filho, Ariel Ferreira do Amaral e Silva Filho.**



**O pai e a filha, Judith Ferreira do Amaral e Silva.**

**Ariel Ferreira do Amaral e Silva \*1911 +2002**

Bacharel em Direito pela UFPR, turma 1935. Ingressou na magistratura em 1936. Judicou nas comarcas de Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais, Clevelândia, Santo Antônio da Platina e Curitiba. Nomeado desembargador em 1966, eleito presidente do TJPR em 1977/78. Aposentou-se em 1979. Membro do Conselho Fiscal da Amapar de 1957 a 1962.

## Nash, o retorno

Em maio de 1951, o magistrado Ariel Ferreira do Amaral e Silva, titular da comarca de Santo Antônio da Platina, recebeu a prazerosa notícia da chegada ao Porto de Santos de seu primeiro carro zero km: uma Nash Ambassador. Maravilhou-se com o automóvel, o possante motor, o elegante modelo que acomodava toda a sua família, o casal e seis filhos.

Os 350 quilômetros em estrada ensaibrada que distanciavam a cidade do norte paranaense da capital eram vencidos sem qualquer intercorrência pela modernidade e conforto do automóvel.

A manutenção do único carro da família era esmerada, minuciosa e sistemática. Trocas de óleo, lubrificações, limpeza do radiador. Mas o encerramento e 'dar brilho' na Nash estão presentes na memória do filho que leva seu nome, o advogado Ariel Filho. Diferentes flanelas, das espessas às mais delicadas asseguravam o brilho original.

Nos idos de 1974, o trânsito e Curitiba se renovou. Surgiram trincheiras, reparos nas ruas e, inadvertidamente, o des. Ariel bateu a roda da Nash no meio fio de uma dessas obstruções. De tão aborrecido com o fato, resolveu vender o automóvel a um amigo que, de longa data, insistia em comprá-lo, José Araújo, pai do advogado e especialista em trânsito, Marcelo Araújo.

O des. Ariel em 1977 foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. Promoveu



modernidades no Poder Judiciário paranaense. Convocou um eficiente corpo de diretores administrativos e jurídicos, desencadeando a criação de carreiras dentro do Tribunal, promovendo concursos, instalação de comarcas, enfim, uma profícua gestão. Quando aquele período chegou ao fim, os assessores do TJPR, liderados por Civan Rocha e Nei Roberto Guimarães resolveram homenagear o presidente. Era sabido seu amor à Nash. Então, não havendo óbice de José Araújo, recompraram a Nash

para presentear o presidente que encerrava aquele período. E no dia 31 de janeiro de 1979, último de dia da gestão, a Nash retornou ao seu dono original.

Em 2001, nas comemorações dos seus 90 anos, o des. Ariel e sua esposa Judith chegaram ao Clube Curitibano a bordo da reluzente Nash.

Atualmente está abrigada na garagem do filho, funcionando e brilhando, como estaria se estivesse nas mãos de seu pai.



**Desembargador Clotário de Macedo Portugal Neto.**





## Pontiac, Bellair e Cadillac

Por Raul Portugal

No início dos anos 70, meu pai, Clotário de Macedo Portugal Neto, exercia a judicatura na comarca de São Mateus do Sul, onde residiam alguns parentes de minha mãe. Certa manhã, isso pelos anos de 1973 ou 74, quando ele estava em casa, no seu escritório de trabalho, lá chegou um primo de minha mãe e jogou as chaves do seu Pontiac sobre a mesa e lhe disse: “resolvi que você vai comprar o meu carro”, virou as costas e saiu. Meu pai, um tanto surpreso, foi atrás e disse “não, eu não posso comprar o seu carro”. E teve como resposta o seguinte: “pague quanto quiser e como puder”. Diante da insistência acabou comprando o Pontiac conversível, ano 1949, modelo Silver Streek, porém o carro estava em lamentável estado de conservação. Para se ter uma ideia, só para restaurar a parte da lataria o carro permaneceu por sete anos no latoeiro, mas o serviço realizado foi realmente impecável. Depois veio a parte de pintura e tapeçaria e enfim, dez anos após, o automóvel estava totalmente restaurado, respeitada a sua originalidade. Eis que durante esse tempo todo de restauro meu pai adquiriu outro Pontiac, ano 1950, também já quase a caminho do ferro velho, para aproveitar algumas peças mecânicas e de cromados que faltavam no Pontiac conversível. Nessa época foram realizadas pesquisas sobre o Pontiac conversível, ano 1949, modelo Silver

Streek, e veio a confirmação de que este carro é o único na América Latina ainda em condições para colecionar e trafegar.

Nos idos de 1980, quando meus pais passavam as férias na capital, meu pai levou sua mãe para visitar uma prima que morava na Rua Clotário Portugal e lá chegando viu que existia uma garagem no quintal da casa e perguntou se havia algum automóvel guardado. Como resposta ouviu que a garagem acomodava um Chevrolet Bellair ano 1954, por ela comprado zero quilômetro. No entanto, após muito pouco uso não quis mais dirigir e trancou o automóvel na garagem. O fato é que o carro estava parado há muitos e muitos anos. A revelação aguçou-lhe a curiosidade, mas a referida senhora disse que não tinha mais as chaves da garagem além do que, bem defronte à porta nascera uma árvore que já estava enorme e impossibilitava a retirada do automóvel. Por uma janelinha lateral meu pai foi matar a curiosidade e viu o carro, porém não conseguiu ver a cor em face da poeira calçada que o cobria. Diante disso, insisti cansativamente para que o automóvel lhe fosse vendido – daí foi que passei a acreditar na persistência, eis que a prima finalmente consentiu na venda. Meu pai providenciou um chaveiro para abrir a garagem e conseguiu uma autorização junto à Prefeitura Municipal para o corte da árvore e só depois proceder a remoção do veículo. O Chevrolet Bellair, ano 1954, era duas portas e sem coluna, com quilometragem baixíssima e absolutamente original. Para se ter uma ideia, o motor foi sendo lubrificado e girado com as mãos até destravar



e, trocados óleo, bateria, velas de ignição, feita a limpeza no tanque de combustível e abastecido, sem precisar nenhum reparo maior, o motor funcionou perfeitamente.

As duas histórias mereciam ser contadas pela forma interessante como meu pai acabou por adquirir ambos os automóveis. Com estas aquisições, a paixão pelo antigomobilismo aflorou e ele comprou outros automóveis antigos como, por exemplo, um Cadillac posteriormente vendido, o Ford ano 1929, modelo baratinha que ilustra a matéria, outro Pontiac ano 1951, modelo Catalina, quatro portas, e ainda guarda na garagem do seu apartamento um automóvel BMW, modelo 528, ano 1997, que comprou zero quilômetro e que a partir do ano que vem, quando completar vinte anos, passa a ser considerado automóvel antigo.

#### **Raul Vaz da Silva Portugal**

Nasceu em Curitiba em 07.12.1958, filho de Aglaé Beatriz e Clotário de Macedo Portugal Neto. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma 1985. Ingressou na magistratura em 1994. Judicou nas comarcas de Pato Branco, Santa Izabel do Ivaí, Palmeira, Paranaíba, Ponta Grossa e Curitiba. Aposentou-se no cargo de Juiz Substituto em 2º grau, em 2004. Na Amapar ocupou a vice-presidência na gestão 2002/03. Professor e coordenador-geral da EMAP, Núcleo Ponta Grossa de 1998 a 2003. Atualmente é Diretor do Departamento dos Aposentados.



**Clotário de Macedo Portugal Neto**

Filho de James Pinto de Azevedo Portugal e Alice de Macedo Portugal. Nasceu no dia 24.08.1937, em Curitiba (PR). Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma 1962. Ingressou na magistratura em 1971, julgando nas comarcas de Guaíra, São Mateus do Sul, União da Vitória e Curitiba. Oriundo do Tribunal de Alçada foi nomeado desembargador em 1995 e, em 2006, eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Aposentou-se em 2007. Além de apreciador de automóveis antigos é exímio ao violão e um muito prestigiado cantor.

## Hobby

**Roberto Massaro**

A atividade do magistrado é altamente estressante dada a sua responsabilidade de garantir o direito ao cidadão.

Daí a necessidade de nas horas vagas ocupar-se com um “hobby”. No antigomobilismo encontramos um mundo a parte onde os homens voltam ao passado com seus brinquedos.

Henry Ford, o grande industrial americano criador da Ford Company, dizia “a diferença entre os homens está justamente no preço de seus brinquedos”.

Um simples Fusca já agrada a qualquer um dos sonhadores do antigomobilismo.



**Impala SS (GM), ano 1964.**



**Mercedes-Benz 220, ano 1952.**



## Primeiro carro

**Marcio Tokars**

Ford Mustang, ano 1969,  
V-8 302, conversível.



## Conversível

### João Maria de Jesus Campos Araújo

A maior concessionária GM de Curitiba (PR), lançou em 1981 o conversível Summer, resultante da transformação do Opala Diplomata, então o modelo mais luxuoso da Chevrolet brasileira. Após a retirada do teto, o carro tinha a estrutura reforçada e ganhava outra tampa traseira, de perfil mais baixo, pára-choque de fibra de vidro (mal imitando modelos retráteis) e grade de novo desenho; a capota de náilon tinha acionamento manual.

Mecânica e interior permaneciam originais.

Logo a seguir a empresa preparou a versão Summer para o pequeno Chevette duas portas, respeitando os mesmos princípios estruturais adotados na transformação do Opala. No caso do Chevette, no entanto, a grade permaneceu a mesma e o bocal do tanque de combustível foi transferido da coluna traseira (eliminada) para a face posterior do porta-malas. Havia duas opções de acabamento, a superior (Luxo) compreendendo, dentre outros, estofamento em couro, rodas raiadas, vidros elétricos, para-brisa degradê e volante esportivo, e a simples, sem tais requisitos.



**A Limusine Itamaraty foi o primeiro veículo oficial que atendeu ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. É um modelo extremamente raro hoje, com poucos exemplares no Brasil. Apenas três unidades. Atualmente pertence ao acervo do dr. Paulo Roberto Narezi, atual presidente do Veteran Car Club do Paraná, em Curitiba.**



**O Ford Landau que aparece na foto foi o carro oficial do governador do Estado e sofreu adaptação no teto para conduzir sua santidade, o Papa João Paulo II, quando esteve em visita à nossa capital, em 5 e 6 de julho de 1980. O veículo pertence ao governo do Estado do Paraná e está cedido ao Veteran Car Club por comodato.**



## **Waldemar Curt Radovanovic Freyesleben**

**\*1899+1970**

**Nasceu em Curitiba e, na infância, permaneceu algum tempo em Istambul, onde moravam seus avós. Ao retornar, em 1916, teve aulas de pintura com o mestre Alfredo Andersen. Além de pintura, estudou piano e violoncelo.**

**Em 1921 realizou a primeira exposição individual na antiga Associação Comercial do Paraná. Bem aceito pela crítica, expôs em outras cidades, Florianópolis e Rio de Janeiro e, nesta última, o poeta Olegário Mariano promoveu a exposição.**

**Em 1924 foi crítico literário nos jornais da capital, sob o pseudônimo de Alfredo Emílio, numa homenagem ao seu mestre Alfredo Andersen.**

**Em 1948 participou da fundação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), onde lecionou as matérias *Paisagem* e *Natureza Morta*.**

**Seu autorretrato, pintado aos 67 anos, denominado *O sócio*, ganhou a medalha de ouro no XIII Salão Paranaense de Belas Artes de 1946, tornando-se conhecido pela *pinclada verde* que lhe foi característica.**



**Waldemar Curt Radovanovic Freyesleben - No paraíso das Mercês, 1943. Óleo sobre tela 0,90x1,15m.**